



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

[Handwritten signatures]

Sessão Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2026, na sala de Sessões do Município de Sines

Presenças dos membros da Assembleia Municipal -----

Marisa Filipa Santos Rodrigues dos Santos (MAIS) -----

Helder Alexandre Gil Guerreiro (CDU) -----

Ricardo Bruno da Silva Baltazar (PS) -----

Maria Antonieta Rombão Lopes (CDU) -----

Paulo César Lála de Freitas (MAIS) -----

Augusto José Matos Figueira Filipe (PPD/PSD) -----

Ricardo Eugénio Pinto Rodrigues (CDU) -----

Gil Vasco da Silva Gonçalves (MAIS) -----

Vânia da Cruz dos Anjos (PS), substituída pelo Sr. Martinho Pinho -----

Ana Isa Plácido Correia (CDU) -----

Orlanda de Almeida Ramos (MAIS) -----

António da Silva dos Santos (CDU) -----

Ana Rita da Conceição Cruz (PPD/PSD) -----

João Paulo da Silva Santos (PS) -----

Soraia Cristina Pinela Brites Pereira (MAIS) -----

Telma de Jesus Coutinho Dias (CDU) -----

Hélder Martinho Gonçalves de Campos (CDU) -----

João David Plácido Soares (MAIS) -----

Amélia João Chamorro Nunes (PS) -----

André Jorge Neves da Luz (PPD/PSD), substituído pelo Sr. João Figueiredo -----

Sílvia Isabel Venturinha Jermias (CDU), substituída pelo Sr. Octávio Rosa -----

José Pedro do Nascimento Arsénio (PS) -----

Presenças da Câmara Municipal de Sines: -----

Presidente: Álvaro dos Santos Beijinha -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

Vereadora: Fernanda Maria da Silva Duarte -----

Vereadora: Ana Isabel Dias Correia -----

Vereadora: Filipa Marta Torres Faria -----

Vereador: Jorge Miguel Baião Mestre -----

Vereadora: Ana Filipa das Neves Aveiro Guerreiro -----

Vereador: Miguel Luís da Silva Tabosa Vaz-----

Ausências da Assembleia Municipal de Sines:

Rui Manuel Gonçalves da Cruz Lima da Silva (Chega) -----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines Marisa Santos deu início à ordem de trabalhos da Sessão Ordinária de trinta de abril de dois mil e vinte e seis, pelas 21h00, cumprimentando todos os presentes. -----

A - Intervenção do público -----

Nos termos do regimento, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines Marisa Santos, concedeu a palavra aos munícipes presentes que pretendessem intervir.-----

REGULAMENTO MUNICIPAL DE EDIFICAÇÕES URBANAS -----

O munícipe **Alexandre Cortes**, questionou se existe o cumprimento no regulamento municipal de edificações urbanas no artigo trinta e oito no ponto dois, salientando que o mesmo destaca, «o estaleiro a elaborar nos termos do decreto-lei número 273/2003 de 29 de outubro deve ser organizado e estruturado de forma a evitar quaisquer incómodos a terceiros». Mais acrescentou que se refere especificamente à estrutura da vedação que se encontra a ser montada na antiga Shell e que, nitidamente, como já havia exposto o assunto na Câmara Municipal, havia espaço entre os postes de vedação que permitiria ter acesso com as viaturas às garagens, nas casas onde vivem há mais de trinta anos, referindo que não são dois dias, são trinta anos. Os postes encontram-se agora colocados com uma certa distância e, entretanto, no dia seguinte, foram retirados e colocados muito mais próximos, o que faz com que não se consiga colocar e retirar os carros da garagem. Para além disso, como exemplo, referiu que houve um incêndio num prédio em Lisboa numa cozinha e o que



[Handwritten signatures]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

acontece é que a vedação, os postes da vedação que estão montados para servir de vedação no espaço encontram-se a um metro, metro e meio das casas já construídas. Caso ocorra uma emergência como se dará apoio às pessoas, as cozinhas encontram-se nas traseiras das moradias. A situação já foi abordada com a Senhora Vereadora, mas em reunião ainda não. Não referiu que não têm feito nada, o que pretendeu referir foi que esteve ontem e hoje o dia inteiro em casa com um colega e vizinho a aguardar a visita da fiscalização para apresentarem a situação que está a preocupar. -----

O munícipe Alexandre Cortes questionou sobre o tempo que irá demorar, referindo a parte que vai ser construída e as infraestruturas. Referiu que se efetuarem as infraestruturas, a vedação irá mais para dentro. Agora, se estivermos ali anos, porque vivemos trinta anos com aquele edifício velho com todos os problemas e depois tivemos uma demolição de amianto feita de uma forma sem o mínimo de regras, porque para se mexer no amianto não pode ser da forma como aquilo foi feito e nitidamente isso foi tudo feito de forma clandestina, sem o mínimo de cumprimento de regras, sem o mínimo de respeito pela população que vivia ali e agora ter uma vedação sem se saber por quanto tempo é que estar. O que se pretende é que deixem espaço para acesso às garagens e depois que se construam as infraestruturas de modo a puxar a vedação para a zona que irá ser construída com casas, que não se sabe quantos anos irá demorar. Referiu ainda que os moradores querem viver com o mínimo de dignidade porque vivem no bairro há muitos anos e gastaram muito dinheiro para terem uma habitação como deve de ser. -----

LIMPEZA DE ERVAS NA CIDADE DE SINES -----

O munícipe Alexandre Cortes, tem acompanhando a atividade da Câmara Municipal e viu um vídeo relativamente à relva, à erva por assim dizer, que se encontra nos passeios da Cidade. -----

Referiu que no ano passado teve o cuidado perante as situações que ia observando e como tem conhecimento e formação nessa área da aplicação dos produtos químicos, existem regras diferentes, um regulamento a cumprir nos espaços urbanos. Informou a Câmara Municipal sobre a forma como estavam a ser aplicados os herbicidas na Cidade. Na altura, recebeu resposta, a informar que estavam a ser cumpridos os regulamentos. O munícipe Alexandre Cortes, enviou à Câmara Municipal um regulamento com os pontos que não estavam a ser cumpridos. Recebeu a resposta que iriam falar com a empresa para cumprir os regulamentos, referindo estarem a cumprir,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

mas afinal já não se encontravam a cumprir, porque grande parte desses produtos eram aplicados fora da hora que andava toda a gente na rua, e como toda a gente sabe, os herbicidas não matam só ervas, também matam todos os seres que andarem por ali e quando são aplicados em zonas onde podem andar crianças como a paragem dos autocarros. -----

Não basta as pessoas estarem equipadas, é necessário que apliquem com as pressões corretas, nas dosagens corretas e com o equipamento correto. Acrescentou que no bairro Amílcar Cabral aplicaram herbicida com atomizadores de costas de grande volume de ar como se estivessem no meio de uma herdade a dar os produtos em plantações. É lógico que qualquer pessoa que tenha algo no quintal ou roupa, seja aquilo que for, receba projeções daqueles produtos que são altamente perigosos para as pessoas. -----

Referiu que o Senhor Presidente iria estudar novamente a aplicação dos herbicidas, não é por sorte ou por azar que hoje de manhã no minuto verde falaram sobre esta temática, que muitas Câmaras Municipais, estão a desistir e a aplicar outros métodos porque as ervas não são um problema desde que andem controladas, não com herbicidas, porque se está a colocar veneno na terra onde amanhã um filho nosso poderá colocar as mãos e o produto estar ativo durante quarenta e cinco dias. -----

O munícipe Alexandre Cortes, referiu que informou o Senhor Presidente, que o problema das ervas dentro da Cidade não se controla com herbicidas, poderá ser mecanicamente ou com o fogo, com queima do gás ou outros processos. Deveria ser evitado esse modelo, até para servir de exemplo, porque já se deixou de fazer em determinada altura e agora por aquilo que o senhor Presidente referiu, iríamos voltar a essa situação. Referiu ainda que se poderá correr riscos a longo prazo, a população que circula nessas zonas tem problemas de saúde e não irá contribuir para a melhoria do espaço público”. -----

CICLOVIA | SINES-PORTO COVO-----

O munícipe **António Moura**, explica que irá falar mais uma vez sobre a ciclovia. “É algo que já percebeu e que já todos perceberam que continua a não estar no planeamento do município a ciclovia Sines - Porto Covo. Ainda assim, gostaria de voltar a deixar uma nota. Está-se a falar de uma infraestrutura que no dia em que existir, toda a comunidade irá reconhecer como um avanço evidente na qualidade de vida, na mobilidade e na imagem do Concelho. Num território que já se afirma pela indústria, pela inovação e cada vez mais pela sustentabilidade, a ausência da ciclovia



Handwritten initials and marks in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

é difícil de compreender. O que hoje não é uma prioridade, amanhã será visto como uma oportunidade perdida. Fica o registo, este será um projeto que mais cedo ou mais tarde terá de acontecer e quanto mais tarde for mais atraso acumulamos. O município ficará a aguardar a que se avance com o projeto desta infraestrutura”. -----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal de Sines **Álvaro Beijinha**, respondeu às questões colocadas pelos munícipes. “Relativamente à primeira questão, solicitou à Senhora Vereadora Fernanda Duarte que tem o pelouro e que está a acompanhar a situação, aliás, o senhor Alexandre Cortes, referiu dizer que já falou com a Senhora Vereadora, e a informação que existe internamente é que não há existe nenhuma ocupação da via pública licenciada, se estiverem a ocupar a via pública naturalmente que estarão a fazê-lo de forma ilegal. -----

Quanto às outras questões, o Senhor Presidente referiu não saber se no passado já terá havido porque teve um atendimento há cerca de três ou quatro meses com uma munícipe que vive nas vivendas à volta e referiu que em tempos terá havido um loteamento que terá sido aprovado, mas o proprietário nunca terá avançado para o mesmo, ou seja, em termos da infraestruturação do loteamento. Se o efetuou agora recentemente a Câmara Municipal não entende se houve algum novo requerimento para avançar com o loteamento, mas se for efetuado, naturalmente que se terá em conta as questões que o senhor Alexandre Cortes acabou de enumerar. -----

Referiu ainda que, relativamente à questão das infraestruturas, a lei é muito clara. Antigamente era a prática das Câmaras Municipais, os tempos eram outros, mas atualmente qualquer loteador particular tem de prestar garantia bancária e compromete-se a efetuar as obras de urbanização num determinado prazo. Se não o fizer, naturalmente existirá a possibilidade de prorrogação porque existem atrasos e nas obras públicas também, mas a partir de determinado momento se não forem concluídas tanto a Câmara Municipal como qualquer proprietário de qualquer lote pode acionar a garantia bancária e substituir-se ao loteamento para executar as infraestruturas. Esta situação já foi efetuada de acordo com as responsabilidades que o Senhor Presidente teve no município de Santiago do Cacém, foi efetuado mais do que uma vez e por isso se o loteador não concluir as infraestruturas aciona-se a garantia bancária, já agora, dizer que a garantia bancária ao contrário das obras públicas cobre a totalidade, as obras públicas são só dez por cento. No caso dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

loteamentos particulares a garantia será calculada em função daquilo que é o custo, de acordo com critérios que estão na lei, dos preços da construção civil e por isso a Câmara Municipal pode-se substituir ao loteador e executar as infraestruturas, até porque a garantia será a primeira solicitação. O Senhor Presidente, presume que em Sines também seja porque os bancos nem sequer têm forma de evocar qualquer incumprimento porque isso depois é uma relação particular entre o particular com o banco. -----

Quanto à questão dos herbicidas, presume-se que a informação dada pelo munícipe Alexandre Cortes, não terá sido durante o mandato que decorre, porque não se está a aplicar herbicidas. Referindo de uma forma indireta, e com a experiência autárquica de cerca de vinte anos, referiu que não existe outra forma de controlar. Visitou Municípios onde fizeram uma onda térmica e recuaram. Se o herbicida é permitido aplicar é porque haverá alguns entendidos que emitiram um parecer nesse sentido. Mais acrescentou que sabe que é uma controvérsia, quando exercia funções no município de Santiago do Cacém, vários elementos, ou pelo menos um ou outro elemento da Assembleia Municipal reiteradamente colocava a questão para que a Câmara Municipal não adotasse herbicidas, salientando que existem regras próprias. São regras que se encontram na lei e as pessoas terão de ser avisadas. «eu vivo num local onde de vez em quando dão-se herbicidas». Avisa-se, quem tem animais de estimação, porque os animais também, supostamente de acordo com a lei não podem andar na rua. Tem que haver da parte dos cidadãos uma consciencialização que naquele dia vai ser aplicado os herbicidas. É verdade que nós de vez em quando encontramos situações que as empresas que fazem esse trabalho muitas vezes não cumprem as regras e isso aí, sim, tem que ser a Câmara Municipal a atuar. Por isso, neste momento, internamente através dos funcionários, dos trabalhadores da Câmara Municipal não temos ninguém que tenha habilitação para poder aplicar os herbicidas, porque de acordo com a lei existe um conjunto de requisitos, formação, habilitação e herdámos uma situação em que ninguém está habilitado e a empresa que supostamente devia estar a tratar dos espaços verdes e das ervas e que não está a fazer e que no contrato que foi, já agora dizer que é um contrato que foi lançado pelo anterior executivo prevê a aplicação dos herbicidas quando necessário, e que até ao momento daquilo que sabemos, não aplicaram herbicidas, mas embora não vá gostar daquilo que eu estou a dizer, é intenção da Câmara Municipal, aplicar herbicidas sob pena de não se conseguir controlar, porque a onda térmica é uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

utopia, pode funcionar nalguns países do norte da Europa que é tudo verdinho mesmo, aqui não. Se não se aplicar herbicidas e da experiência e do conhecimento que o Senhor Presidente tem da esmagadora maioria dos municípios em Portugal e das Juntas de freguesia e muitas delas também fazem esse trabalho, inclusive no Porto Covo, ainda há dias foi falado com o Senhor Presidente da Junta, não se consegue controlar a situação. -----

Quanto à questão do munícipe António Moura e da questão da ciclovía, o Senhor Presidente já deu informação anteriormente, referiu que a ciclovía é um projeto que considera ser estruturante, mas infelizmente existem outros problemas no concelho de natureza prioritária, do ponto de vista do saneamento, de água, de escolas que ainda esta semana se visitou as escolas todas e existem problemas que obrigarão o município a investir milhões de euros. O Senhor Presidente deu como exemplo, o senhor é proprietário de um restaurante, é como nós temos um orçamento muito pequenino em casa e vamos almoçar ao restaurante quase todos os dias. Temos que fazer opções e temos a casa a cair aos bocados e temos se calhar um conjunto de necessidades primárias nas nossas habitações a que não conseguimos responder, mas, no entanto, vamos almoçar todos os dias fora. Eu não estou a dizer que isto é um luxo, pelo contrário, repito que eu considero que é algo absolutamente estratégico. Não estava no nosso programa eleitoral e se ler com cuidado relativamente à execução da ciclovía, o compromisso foi trabalhar para uma solução de projeto, avançar o projeto e por isso não estamos aqui a fugir sequer àquilo que foi o nosso compromisso eleitoral. O executivo atual está em funções nem sequer há seis meses, o mandato são quatro anos, não peça que em cinco meses já tenha um projeto para a ciclovía quando existe uma ponte que caiu e que teve que se fazer em dois meses uma adjudicação, etc. Quando existem uma série de escolas em que será necessário intervir e com projeto para se fazer, quando existem uma série de oportunidades de financiamento comunitário que se tem de atualizar projetos, atualizar uma série de trabalho técnico que tem que ser feito para não se perder a oportunidade de financiamento e cumprir calendários. Dessa forma, terá de se priorizar, tudo na vida temos que priorizar, quando não se consegue fazer tudo ao mesmo tempo, e dessa forma, a ciclovía a seu tempo pelo menos com o atual executivo, terá o tratamento devido. Agora, permitam-nos primeiro resolver os problemas que a população no Concelho tem, e a ciclovía não é um problema para a população do Concelho. Será importante, mas não é um problema. Seguramente se forem questionados todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

sineenses e portocovensenses sobre a prioridade da ciclovia, seguramente não é, se gostavam de ter, claro que sim” -----

O munícipe **Alexandre Cortes**, explica que tem outra situação, “Relativamente ao espaço que têm para meter as viaturas nas garagens com os postes onde estão, irão deixar de conseguir meter os carros nas garagens e isso é uma grande preocupação, referindo que e o Senhor Presidente não falou nisso”. -----

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, informou ao munícipe que “a fiscalização já esteve no local. No dia de hoje, como deve imaginar, os fiscais não estão só a trabalhar para esta questão em particular”. -----

O munícipe **Alexandre Cortes**, afirma que estiveram lá à espera o dia todo. “Não, mas eu tinha dito à sua assessora que estaria lá, tenho lá um carro até para lhes mostrar a dificuldade que nós vamos ter na situação em que os postos estão”. -----

O Presidente **Álvaro Beijinha**, explicou que os fiscais “foram lá hoje, estiveram a trabalhar no relatório porque não há pedido da ocupação da via pública”. -----

O munícipe **Alexandre Cortes**, refere que a “rua só tem quatro metros de largura. Nós para metermos os carros nas garagens quando meterem a vedação nos não conseguimos meter os carros”. -----

O Presidente **Álvaro Beijinha**, afirma que o que eles estão ali a dizer é que a “Câmara Municipal já lá foi. Agora, temos que primeiro fazer a avaliação porque não podemos tomar decisões sem primeiro nos inteirarmos. O senhor está aqui a colocar uma questão, nós também temos que ver a questão do outro lado”. -----

O munícipe **Alexandre Cortes**, esclarece que a sua intervenção é só para dizer que eles têm essa preocupação. -----

O Presidente **Álvaro Beijinha**, refere que o executivo também, tanto que já lá foram inclusive.---

B - Período Antes da ordem do dia -----

Neste ponto, a Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, diz que antes de passar a palavra aos senhores deputados no sentido de saber se têm intervenções para fazer neste ponto, “gostaria de apresentar, em nome da comissão permanente da Assembleia Municipal e neste Período Antes da Ordem do Dia, para votação por parte dos senhores deputados um voto de pesar pelo falecimento



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

da conterrânea Ana Vilhena, que vai passar então a ler. «A Assembleia Municipal de Sines reunida em 30 de abril de 2026, delibera aprovar um voto de pesar pelo falecimento de Ana Vilhena, ocorrido no passado dia 27 de abril. -----

Ana Vilhena foi uma cidadã profundamente ligada à comunidade sineense, cuja vida se distinguiu por uma participação cívica ativa, um forte sentido de justiça e uma dedicação constante ao bem comum. Advogada de reconhecido mérito e professora dedicada, exerceu a sua atividade com rigor, ética e um profundo compromisso com os valores da igualdade e da dignidade humana. ---- Ao longo do seu percurso fez do direito um instrumento de defesa dos mais vulneráveis e da docência um espaço de formação cívica e humana, deixando uma marca duradoura nas gerações que com ela aprenderam. -----

A sua intervenção na vida pública ultrapassou amplamente o exercício profissional. Participou de forma empenhada em diversas instituições do concelho, nomeadamente na Santa Casa da Misericórdia de Sines, na Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários e na rádio Sines, no Centro Cultural Emmerico Nunes e no jornal Sudoeste, contribuindo ativamente para o desenvolvimento social, cultural e cívico da nossa comunidade. Pessoa de trato simples, generosa e disponível, era reconhecida pelo seu humanismo, espírito altruísta e pela forma discreta, mas firme com que se envolvia nas causas em que acreditava. Manteve igualmente uma ligação ao plano político local, colaborando ativamente em ações e projetos do Partido Socialista, embora não tendo sido militante sempre ao serviço de um concelho mais justo e solidário. -----

A sua partida representa uma perda significativa para Sines deixando um vazio na comunidade e na memória de todos aqueles que com ela privaram. Nestes termos, a Assembleia Municipal de Sines delibera, aprovar: -----

Um voto pelo falecimento de Ana Vilhena; -----
Expressar à sua família e amigos as mais sentidas condolências e guardar um minuto de silêncio em sua memória». -----

A Sra. Presidente colocou à votação dos presentes, tendo a proposta sido aprovada por unanimidade e feito, em seguida, um minuto de silêncio em homenagem a Ana Vilhena. -----

Em seguida, a Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, pergunta aos senhores deputados se se querem inscrever neste ponto. Depois, dá a palavra aos mesmos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

A deputada **Soraia Pereira** (MAIS), refere que queria colocar duas questões, “uma relativamente ao prazo previsto para a conclusão da obra na ponte da estrada de Porto Covo e outra relativamente às roturas de água e se foi feito algum levantamento quanto ao estado da rede de abastecimento de água, se já estão identificadas as zonas mais sensíveis, se existe alguma estratégia de recuperação da rede com prioridades, calendários e estimativa de investimento e que fontes de financiamento estão a ser avaliadas para suportar então estas obras”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** (MAIS), explica que “queria fazer primeiro uma pergunta em relação à fusão da Galp com a Moeve, sabem que este processo tem sido acompanhado pelo governo e era para perguntar também se tem havido algum acompanhamento por parte do poder local, sendo que é a maior empresa portuguesa que está na cidade, se há algum desenvolvimento sobre se isto vai ou não afetar a atividade da empresa em Sines. -----

Depois, perguntar também, em relação ao espaço público, estamos com seis meses de mandato e perguntar o que é que está feito neste momento. Na altura, foi dito pelo Presidente da Câmara Municipal que a recuperação do espaço público de Sines passaria por uma reestruturação interna da Câmara Municipal, dos serviços da Câmara Municipal que está a ser feita, e então ao fim de seis meses pergunto-lhe o que é que está feito, à exceção de alguma iluminação pública que eu já vi acho que está pouca coisa feita, os buracos continuam na rua, o lixo continua a acumular-se, a relva continua a crescer, continuamos com enormes deficiências e acho que em seis meses está na altura de começar a apresentar trabalho. Falavam de soluções como o revestimento duplo para as estradas, neste momento ainda não vi muita coisa a ser feita e perguntava então ao nível dos meios técnicos quantos técnicos da Câmara Municipal é que se encontram neste momento a desenvolver projetos de arquitetura para reabilitar o espaço público, em que ponto é que está a revisão do PDM e também que fundos comunitários é que a Câmara Municipal já concorreu ou vai concorrer para tratar esta questão”. -----

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), esclarece que “tem só uma questão a fazer que é em relação à nova estação da mobilidade. Nós já conhecemos o projeto vagamente. Tendo em conta a área onde se encontra, queríamos saber qual é que vai ser a utilização dada à antiga estação ferroviária, se está prevista alguma requalificação da Alameda da Paz que fica logo ali ao lado e quanto é que vai custar o projeto todo, porque o Presidente acho que mencionou que o projeto tinha sido atualizado



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

[Handwritten signatures and initials]

de alguma forma. Eu queria saber em matéria de montantes qual é que é a previsão de construção”.

O Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo **José Pedro Arsénio**, diz que a sua intervenção não se centra numa questão, mas sim um alerta, visto estarem a entrar na época balnear, está-se a aproximar a passos largos. “O ano passado já o sentimos e este ano vai-se passar o mesmo, porque o efetivo do nosso posto de GNR é francamente parco, peca por falta de recursos humanos, a prova disso de que o estado nos abandona em determinadas matérias é que a Câmara tem que ceder a viatura para nós termos uma patrulha a percorrer o concelho de Sines. Quando acontece uma ocorrência em Porto Covo a cidade de Sines fica sem essa patrulha, portanto fica completamente ao abandono em termos policiais, é de facto uma carência, o ano passado já o sentimos principalmente na vigilância e no policiamento das praias, não existe policiamento a pé, há o sentimento de insegurança e preocupa-me porque durante a época balnear Porto Covo tem muita gente, cerca de dez, quinze mil pessoas e de facto não existir policiamento é algo que devemos reivindicar e de certeza que o senhor Presidente da Câmara uma das coisas que tinha para falar com o Primeiro-Ministro era a necessidade de reforço de efetivos, a necessidade de um novo posto da GNR, porque aquele que temos é francamente uma vergonha para os nossos militares prestarem um serviço tão essencial e de facto deve-nos mobilizar a todos a pedir o reforço do policiamento e das condições dos nossos militares”. -----

A deputada **Ana Rita Cruz (PPD/PSD)**, explica que o seu grupo municipal congratula as “iniciativas realizadas no âmbito da presidência aberta, na área da educação e na expectativa que com a maior brevidade possível os problemas do parque escolar que são agora bem conhecidos sejam uma prioridade deste executivo, porque para o PSD a educação é um pilar fundamental para a construção de uma comunidade mais desenvolvida, tal como continuarão a acompanhar com expectativa as novas medidas e estratégias para a melhoria dos espaços públicos, nomeadamente na limpeza das ruas, manutenção dos jardins e recolha do lixo”. -----

O deputado **João Santos (PS)**, afirma que traz uma questão. “Gostaríamos de saber qual é o ponto de situação da estrada do Paiol, visto que o atual executivo recuou, tendo em conta o valor da empreitada e tendo o objetivo numa solução mais económica. Gostaríamos só de saber o ponto de situação e gostaríamos de saber se o material, havendo uma redução de orçamento, qual o material

Handwritten initials and signatures in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N° 4/2026

a utilizar na repavimentação, se é durável, qual é a sua durabilidade”.-----

O deputado **Ricardo Baltazar** (PS), diz que gostariam de “congratular o atual executivo, nomeadamente pelos concursos que tem lançado ultimamente de projetos que já vinham em curso, nomeadamente a terceira fase da requalificação da estrada da Floresta, estação da mobilidade, requalificação do acesso às praias, requalificação do campo do Mar em Porto Covo, etc. o grupo municipal do PS tinha efetivamente alguma expectativa para saber se estes projetos iam avançar ou se não avançariam com a mudança de executivo. Por isso, realçamos positivamente esta decisão que vai de encontro também ao nosso programa eleitoral, pelo que normalmente e naturalmente apoiamos estas iniciativas. -----

Queríamos destacar também destas intervenções a construção da estação da mobilidade que é um equipamento essencial para a cidade, para Sines, para servir Porto Covo também, a promoção dos transportes públicos, etc. mas também a terceira fase da requalificação da estrada da Floresta. Esta é uma intervenção que irá dar continuidade às anteriores que é muito significativa naquela zona, naquela rua que é uma das maiores vias do concelho e que tinha efetivamente necessidades de mobilidade e segurança muito significativas. Esta é uma intervenção que nós consideramos prioritária, é prioritária também na carta da qualificação do concelho pelas necessidades de mobilidade naquela zona e efetivamente vemos com muito bons olhos que o executivo tenha também assumido esta prioridade. É algo que apoiamos e por isso o reconhecimento do grupo municipal do PS”. -----

O deputado **Helder Guerreiro** (CDU), diz que quer em “primeiro lugar e em nome da CDU saudar todas as associações que participaram nas comemorações do 25 de Abril, reforça o aspeto central que as associações têm na dinamização da vida social e cultural e neste caso na celebração de uma data tão grandiosa, tão luminosa como foi e como é o 25 de Abril. -----

Depois, destacar o papel da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal no envolvimento no convite a estas associações para que elas dessem corpo então a estas celebrações, dando um cunho popular, um cunho festivo que é para isso que foi criado o 25 de Abril, porque não haverá revolução, ou não houve revolução sem que o povo, sem este cunho popular que é intrínseco, no fundo os dois aspetos são intrínsecos à celebração do 25 de Abril. Por isso, entendemos que tanto a Câmara Municipal, como a Assembleia Municipal estiveram bastante bem neste aspeto, sem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N° 4/2026

esquecer a participação dos jovens estudantes que foram convidados pela mesa da Assembleia Municipal e que depois deram o seu contributo também para enriquecer as nossas visões sobre a juventude, no fundo pusemos os jovens a falar na primeira pessoa mais uma vez numa data que deve ser sempre jovem. O 25 de Abril também deve ser da juventude e por isso acho que estivemos todos de parabéns e nunca é de mais saudar todos os participantes. -----

Relembrar que amanhã é Primeiro de Maio, é o Dia do Trabalhador, haverá uma manifestação do movimento sindical aqui em Sines e em outras partes do distrito e do país em Setúbal e em Lisboa. Este Primeiro de Maio não é mais um Primeiro de Maio, é um Primeiro de Maio que ocorre num processo de luta contra a aplicação de um pacote laboral que é profundamente injusto, contém medidas graves que atentam os direitos dos trabalhadores, não traz nada de positivo à economia. Relembrar que antes deste pacote laboral muitos outros pacotes laborais houve sem que a economia se desenvolvesse e o que se verifica é que pacote em pacote a exploração é cada vez maior, o subdesenvolvimento é cada vez maior, por isso urge derrotar este pacote laboral e é nesse quadro que amanhã se comemora mais um Primeiro de Maio em luta contra esta injustiça. -----

Por último, saudar mais uma vez o executivo da Câmara Municipal, já foi aqui colocado pela bancada do PSD relativamente à educação, à jornada sobre a educação, obviamente que se falou aqui de mudanças e de virar-se de página. Ora, a questão virar de página, o executivo falar diretamente com os atores, neste caso da educação, com os intervenientes olhos nos olhos em diálogo para resolver os seus problemas. De forma que mais uma vez o executivo só pode estar de parabéns”. -----

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), explica que “também gostava de dar uma palavra em relação à ciclovía. Acho que já tínhamos falado aqui numa Assembleia, não se pede a conclusão, o que falámos foi de realmente estarmos o mais preparados possível para se eventualmente abrir algum fundo que seja do turismo ou de outra entidade qualquer podermos atacar logo, porque acho que é uma coisa estruturante para Sines, basta irmos ali à região centro do país e ver o que é que as ciclovias e os passadiços dinamizam a economia e o bem-estar que dão às pessoas, portanto acho que é só uma das obras mais importantes que temos para fazer a par de outras. -----

Em relação ao que acontece no Porto Covo e o que vai acontecer, preocupa-me as obras de acesso às praias serem feitas uma vez mais no verão, já o ano passado foi ridículo em pleno mês de agosto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

andar-se a passar a conduta da água, parecia que era de propósito, parecia que era judiar com as pessoas que trabalham o ano inteiro para estarem ali uma semana ou duas de férias e apanhavam as filas e temo que este ano se repita quer com a ponte. -----

Também falei porque essa constatação da falta de GNR preocupa-me, porque acho que temos que ter muita cautela este ano por força de não se utilizar a estrada habitual vai haver uma forte tendência de fazer o desvio que sai lá do Liberal e que vai desembocar ao pé da Vieirinha. Aquilo é numa curva e eu faria aqui uma recomendação à Câmara que fossem contratados GNR pelo menos ao fim de semana para controlarem aquele acesso à Nacional porque senão vamos ter ali problemas quiçá gravíssimos, se é que talvez não seja uma obrigação da Câmara Municipal, mas como são os nossos munícipes, os nossos fregueses que por ali vão andar acho que era importante, não sei se será muito caro se não, serão serviços, os chamados remunerados eventualmente, mas acho que pelo menos ao fim de semana era importante termos essa cautela”. -----

A Senhora Presidente **Marisa Santos** (MAIS), esclarece que também gostaria de se inscrever e colocar algumas questões. “Em primeiro lugar, também congratular-me com aquilo que foram as comemorações do 25 de Abril que tal como o senhor deputado Hélder já referiu me parece que foram muito dignas do ponto de vista institucional, portanto acho que quer a Câmara Municipal quer a Assembleia Municipal com as iniciativas que se desenvolveram e a Junta de Freguesia de Sines que também teve aqui uma iniciativa no dia 25 de Abril estão de parabéns. Acho que foram todas iniciativas que contribuíram, de facto, para a dignificação desta data e mais do que isso também para que possamos junto dos nossos jovens continuar a falar sobre o 25 de Abril, continuar a enaltecer as conquistas e os valores de Abril, mas também e sobretudo no momento que vivemos hoje continuar a passar esta mensagem que é preciso lutar, continuam a existir motivos de sobra para que nos ergamos e defendamos os nossos direitos conquistados no 25 de Abril. Portanto, deixar essa congratulação e também dizer que esta iniciativa da presidência aberta neste contexto dedicado ao tema da educação e sendo realizada também neste período de comemoração do 25 de Abril também parece que é efetivamente uma iniciativa com a qual nos devemos congratular enquanto munícipes e também enquanto deputados, porque efetivamente responde a esse quesito de uma maior proximidade entre os eleitos e a população que era algo que a população efetivamente vinha reivindicando. -----



[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N° 4/2026

Passando estas considerações, as questões que eu gostaria de colocar têm que ver e gostaria de perguntar ao senhor Presidente se neste processo de auscultação para efeitos de elaboração do PTRR por parte do governo se o município teve oportunidade de apresentar projetos no âmbito deste processo de auscultação e em caso afirmativo em que áreas é que identificou esses projetos e tendo em conta que a intervenção no âmbito da habitação é também um objetivo que o governo trouxe para o âmbito do PRR também perguntar especificamente se neste processo de auscultação se o município identificou algum projeto na área da habitação que possa obter financiamento por esta via. -----

Depois, gostaria também de perguntar relativamente ao RECAPE do terminal Vasco da Gama, cuja consulta pública terminou salvo erro a 28 de abril, se a Câmara Municipal de Sines se pronunciou sobre este projeto e nesse caso qual o sentido dessa mesma pronúncia, tendo em conta que aquilo que podemos ler no relatório levanta algumas questões, desde logo o facto de estarmos a prever ou de estarem previstas várias fases, vários processos de verificação de conformidade ambiental e, portanto, a sensação que dá e essa foi a situação que eu acho que tem aqui alguma preocupação que é os processos de verificação estão apresentados de uma forma faseada e, portanto, a questão que se coloca é, a avaliação cumulativa do impacto cumulativo destas quatro fases também estando previsto o transporte de mais de cerca de um vírgula seis milhões de metros cúbicos de material por via terrestre, houve uma alteração também no método de transporte e, portanto, passará a ser por camiões, o que implicará um maior número de viagens por dia e, portanto, se essa questão também foi considerada, se o município identificou também como uma questão problemática e se identificou medidas que possam eventualmente minimizar e por fim também questionar se tendo em conta a própria estratégia Portos 5+ que o PTRR também enuncia como objetivo reforçar ou alocar meios para reforçar essa estratégia no âmbito da relação porto cidade, efetivamente o que é que o município aqui identifica como áreas que podem ser ou podem vir a concretizar esse reforço na relação porto cidade. -----

Depois, também relativamente à ETAR da ribeira de Moinhos, está em consulta pública ainda o processo de remodelação da ETAR e eu também gostaria de questionar se a autarquia já teve a oportunidade de analisar este processo, qual é que tem sido o acompanhamento e o envolvimento do município neste processo, tendo em conta que de facto a ETAR da ribeira de Moinhos tem sido

Handwritten signatures in blue ink.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

sempre uma infraestrutura que é absolutamente essencial, não podemos deixar de a ter, mas efetivamente é uma infraestrutura que ao longo da história do concelho de Sines tem causado sempre uma grande preocupação, diríamos que se calhar o pecado original foi a ETAR ter sido construída na localização em que foi, assim como porventura o complexo industrial sem ter em conta a cidade de Sines, porque na verdade a cidade de Sines era para não existir enquanto centro urbano, o plano original era esse e, portanto, sabemos que essa é a questão inicial e que depois dificulta todos os processos, mas de qualquer forma estando agora numa fase de remodelação de facto era importante que se tentassem aqui adotar algumas medidas que pudessem minimizar aquele impacto e de facto valorizar a área de excelência ecológica em que quase paradoxalmente a ETAR onde também se integra. Portanto, no fundo eram estas três questões que eu gostaria de juntar às questões que foram feitas pelos senhores deputados e deputadas”. -----

O Presidente **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “Vou começar aqui pela ordem cronológica, conclusão da obra da ponte do Morgavel, a obra começou anteontem em processos de limpeza, como sabem eu já expliquei aqui é um processo de conceção construção, sendo que nesse processo de escolha da empresa que foi por administração, por ajuste direto, naturalmente que esta empresa foi fazendo logo, desenvolveu logo grande parte do trabalho correndo o risco depois de não ser a empresa escolhida, mas fizeram-no e por isso permite-lhes que possam desde já avançar pelo menos para limpezas e para soluções que em termos de projetos eles já têm muito desenvolvidas. Aliás, ainda há pouco antes de vir para aqui falava com o chefe de divisão, o engenheiro João Mendes, que me transmitia que a solução vai ser umas boxes em betão que inclusive já estão encomendadas e há uma expectativa de virem em meados de maio e posso também aqui adiantar que o próprio responsável da empresa da Conduril me transmitiu que quer antecipar o prazo que é um prazo de três meses, é um mês para o projeto mais dois meses para a obra, ele diz que se tudo correr bem que haverá condições para antecipar o prazo. Esperemos que sim, tenho consciência da problemática, mas já agora vou fugir aqui um pouco à cronologia, porque houve mais deputados que falaram na questão da ponte. Vamos lá ver, deputado Augusto, isto não tem nada a ver com a questão da água, quer dizer, a ponte caiu, não, mas isto não cria constrangimento praticamente nenhum, isto não estamos a falar de obras de grande envergadura, sim, mas a ponte é a circunstância que não estava nas mãos da Câmara e por isso só é feita no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

verão porque a outra alternativa era deixávamos passar o verão e fazer de inverno e as pessoas levavam o verão inteiro sem ponte e isso acho que era bem mais problemático. Por isso vamos tentar que pelo menos em agosto, se eles cumprirem, só cumpram o prazo, pelo menos em agosto e setembro há ponte. -----

Quanto à questão do estado das redes de água e de saneamento, também já dei nota disso publicamente na reunião de Câmara também, aliás a cidade sentiu isso há aqui umas semanas atrás, a cidade é alimentada por uma conduta principal que é abastecida por essa mesma conduta que tem cerca de quarenta anos ou mais e que está em fibrocimento que nunca foi alvo, pelo menos da informação que nos deram nunca foi alvo de qualquer intervenção, não tem redundância, significa que se a Câmara Municipal quiser intervir para reparar, que a cidade fica sem água e por isso a estratégia é, não há projeto, não há nada, aquilo que nós temos em termos de estratégia é naturalmente elaborar projeto, a Câmara Municipal tem um consultor para esta área, que é o engenheiro Pedroso, demos-lhe orientações que isto é prioritário para desenvolver projetos e soluções para podermos construir uma redundância, ou seja, uma conduta alternativa que é aquilo que, por exemplo, as Águas de Santo André estão a fazer para o abastecimento à zona industrial aqui de Sines. Agora, isto vai levar algum tempo, eu já disse, infelizmente as pessoas vão ter que se habituar que de vez em vez isto vai acontecer, é uma inevitabilidade. Quando durante décadas não se faz manutenção absolutamente nenhuma, isto é como em tudo na vida os carros quando são mais velhos começam a avariar mais, as casas quando são mais velhas começam a ter mais problemas de infiltrações, o chão começa a ficar também degradado, as casas-de-banho os autoclismos começam a funcionar com mais dificuldades e aqui mais complicado é porque, por exemplo, as válvulas quando foi para voltar a ligar a água as válvulas nem conseguem fechar e depois a questão da pressão nas redes secundárias, quando nós abrimos e devagarinho houve depois várias roturas em várias partes da cidade. Isto vai acontecer, é uma inevitabilidade, ficamos todos conscientes, em particular todos nós temos responsabilidades políticas, uns mais, outros menos, nós temos executivas, os senhores deputados têm de fiscalização à atividade municipal da Câmara, mas isto é uma inevitabilidade e vai levar tempo a ser resolvido. -----

Eu também não sei se já disse isto na última Assembleia ou não, mas na reunião de Câmara já disse, como também penso que saberão a cidade tem dezasseis estações elevatórias, quase todas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

elas estão em estado crítico. A principal que é a última que bomba pela ribeira de Moinhos que é na baixa de São Pedro, convido-os a ir lá, aliás, vamos já marcar uma visita até por sugestão da senhora vereadora Filipa, vamos fazer uma visita para ver. Tenho aqui fotografias e tenho vídeo, em três bombas só funcionava uma e que estava a jorrar, como devem imaginar não saía só água e colapsou, tivemos que parar, durante dois ou três dias o esgoto foi diretamente para o mar, naturalmente que alertámos a senhora Delegada de Saúde, já a substituímos e entretanto já reparámos outra. Agora, neste momento já funcionam duas, mas o estado é de facto crítico e vai obrigar necessariamente um investimento de milhões de euros. A estimativa que o engenheiro Pedroso tem e não é para resolver tudo, é só para resolver uma parte, estamos a falar na ordem dos seis, sete milhões de euros. Por isso, não são valores rigorosos, porque não há projeto para tudo ainda, mas algumas coisas já há projeto. -----

Questão do financiamento. Há a possibilidade de financiamento através de fundos comunitários, houve uma negociação dentro da CIMAL dos cinco municípios do litoral alentejano que optaram pelas diversas áreas, ficou alocada uma verba de cerca de dois milhões e meio para esta área, estamos a falar em baixa não é alta, é só em baixa e num processo que está agora a decorrer da reprogramação do quadro nós estamos a tentar colocar lá mais cerca de um milhão e duzentos ou um milhão e trezentos mil euros que ficará perto de quatro milhões de euros, porque isto é uma área absolutamente prioritária. Penso que também foi colocada a questão do financiamento. -----

Quanto à questão do deputado Gil, a fusão da Galp com a Moeve, pelo menos na Câmara Municipal já dei essa informação, nós reunimos com a administração da Galp, foi-nos passada uma mensagem de tranquilidade que isto inclusive era para garantir o futuro da refinaria, que nada mudaria, eu já prestei declarações públicas, não sei se calhar não ouviram ou não leram, em que manifestámos muita preocupação nem sequer é sobre a questão, aqui toca-nos mais porque a refinaria está aqui literalmente em Sines, mas eu mesmo enquanto cidadão, mesmo que vivesse em Freixo de Espada à Cinta também estava preocupado, porque isto é e agora com a guerra então do Médio Oriente mais a nu ficou a necessidade da independência que o país deve ter daquilo que é absolutamente essencial, neste caso combustíveis, e nesse sentido deixar, é certo que hoje a empresa também já tem muitos capitais estrangeiros, etc. e por isso está nas mãos do governo, nós não somos governo, se estivesse nas mãos de calhar da Câmara Municipal nós não permitiríamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

esta operação, esta fusão, o governo sim tem essa possibilidade, porque isto é um ativo estratégico do país, a senhora Ministra do Ambiente acho que ainda ontem ou anteontem numa entrevista que deu à Eco também levantou reservas, deixou um pouco em cima da mesa que se calhar o governo porventura não vai viabilizar isto, mas também não o afirmou categoricamente, estamos a acompanhar. Repito, a mensagem que a Galp nos deu foi de nos tranquilizar, mas a mim não me tranquilizou. -----

Quanto à questão do espaço público que foi aqui falado por diversos deputados, naturalmente que esta é uma situação complexa. O estado em que a cidade se encontrava e que se ainda encontra em certa medida é aquele que vocês conhecem melhor que eu e naturalmente que nós foi aqui dito, já fizemos uma reorganização que já foi aprovada na reunião de Câmara, que está para ser publicada em Diário da República e que nós queremos que entre em vigor no dia 1 de junho, mas isso não fez com que nós não tomássemos diversas medidas e eu acho e tem sido de alguma forma reconhecido que em certas zonas da cidade houve uma melhoria significativa. Há pouco já respondi aqui ao senhor Alexandre quando colocou também a questão dos herbicidas, através de um contrato que vinha do anterior executivo, mas que houve um litígio em tribunal e não vou estar agora aqui a contar os pormenores, o que é certo é que a partir de fevereiro esse contrato foi consumado, pelo menos teoricamente e o que é certo é que a empresa ao início ainda começou a cumprir, mas não tem cumprido e nas últimas semanas tem sido o descalabro. Eu esta semana falei com um dos responsáveis da empresa e disse-lhe, «meu amigo, os senhores não estão a cumprir, a Câmara Municipal não vos vai pagar o trabalho que vocês já fizeram, nós vamos rescindir o contrato, vamos tentar encontrar uma outra empresa e vamos naturalmente pedir uma indemnização pelo prejuízo que vocês estão a dar à população de Sines». Ele, entretanto, ficou um bocado incomodado com as minhas palavras, depois mais tarde ligou à vereadora a dizer que o Presidente estava muito chateado porque é que será que está muito chateado? Venha cá à cidade ver o que é que se está a passar. Entretanto, garantiram-nos, porque nós demos até hoje, garantiram-nos que na próxima semana vão reforçar as equipas e que vão passar a cumprir, porque eles nem em termos de planeamento nos deram, porque o contrato obriga-os a eles a darem à Câmara Municipal, o planeamento, onde é que vão intervir, com quantas pessoas, hoje estão nesta rua, amanhã estão na outra, nada, zero, não dão informação nenhuma à Câmara Municipal, nós não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

sabemos onde é que eles vão, de hoje para amanhã se for necessário o herbicida nós temos que avisar a população nem sabemos e por isso infelizmente nós estamos muitas vezes nas mãos das empresas e por isso é que aquilo que era a nossa prioridade da reestruturação interna é de forma a tentar pôr mais recursos humanos a trabalhadores da Câmara Municipal para que cada vez mais nós dependermos menos do *outsourcing*, porque infelizmente veja-se aquilo, pensei que até alguém falasse disso ninguém falou mas eu vou falar, veja-se a vergonha que é aquela obra ali da E-Redes lá em baixo na avenida que está parada, as baias todas caídas, eu falei com o diretor da zona sul da E-Redes na segunda-feira, ele deu-me toda a razão que aquilo era uma vergonha, veio cá na terça, hoje já me mandou um WhatsApp a dizer que não consegue, já não está nas mãos dele que reportou para cima, ele é o diretor da zona sul toda da E-Redes que não consegue, que reportou para cima e a dar-me toda a razão a dizer que aquilo é uma vergonha. Agora, alguém privatizou na altura a EDP e eles têm o monopólio todo e por isso não têm concorrência, nós podemos-nos chatear muito, eles hoje nem tutela política têm, mesmo que vá lá alguém do governo chateá-los eles fazem o que querem e não têm consequências nenhuma, quer dizer a consequência que nós temos, vamos como em qualquer empreitada aquilo é uma empreitada vamos rescindir o contrato com eles quem é que faz? Eles têm o monopólio, por isso é o país em que vivemos. -----

Quanto à questão da estação da mobilidade que o Paulo colocou, nós aprovámos ontem em reunião de Câmara o projeto para lançar concurso público, estamos a falar de um investimento de três milhões quinhentos e qualquer coisa mil euros mais IVA, porque com a atualização dos preços subiu cerca de seiscentos mil euros, porque o projeto já tem alguns anos, nós estamos a falar para além da estação em si, na prática de uma requalificação também urbana e a nossa expectativa é que esta obra seja financiada através do Fundo de Transição Justa, que é um fundo que foi criado para compensar o encerramento da central termoelétrica, o aviso neste momento está aberto até ao final de maio e a nossa expectativa é que consigamos vir a ter o financiamento para a obra, porque se não tivermos deixa de ser prioridade. Já agora dizer e eu acho que também já aqui disse isto e até voltando um pouco à questão da ciclovía, nós naturalmente temos que aproveitar aquilo que são os fundos comunitários que estão ao nosso dispor e a Câmara Municipal, nós estamos mais ou menos a meio do quadro, até nós termos apresentado uma primeira candidatura que é a estrada da Floresta que também já alguém aqui se congratulou por isso, não tinha apresentado uma única



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N° 4/2026

candidatura e tem treze milhões e tal de euros disponíveis no pacto, treze milhões e tal de euros e por isso agora nós estamos em bom português a tentar pôr a carne toda no assador e nomeadamente da regeneração urbana que são cerca de três milhões e qualquer coisa de euros, esta da estrada da Floresta é mobilidade, os avisos vão sendo abertos, não são todos ao mesmo tempo, nós vamos canalizando as nossas prioridades para as oportunidades para aproveitarmos, porque senão outros vão aproveitar. Eu tenho uma experiência que no passado aproveitei muito, muito mesmo, aquilo que é chamado *overbooking*, no nosso caso na altura foram dois milhões e meio de euros que nós fomos de outros que não consumiram, tivemos aqui o exemplo de Sines que no passado não consumiu aquilo que era a sua fatia do bolo, ficou bem aquém daquilo que era a sua fatia do bolo, salvo erro eu até disse isso nos debates, não chegou a sessenta por cento e naturalmente que nós não queremos esse estado e estamos a priorizar aquilo que são as disponibilidades de financiamento nas áreas que às vezes podem nem sequer ser as prioridades número um, mas é a oportunidade que nós temos e isso também é bom reconhecer. O anterior executivo deixou muito projeto, temos é que atualizá-lo, os preços, nomeadamente o parecer da iluminação pública que temos que voltar sempre a pedir à E-Redes uma vez mais e por isso vamos aproveitar ao máximo aquilo que for as disponibilidades. -----

A questão da GNR no Porto Covo, é no Porto Covo, é em Sines, eu diria que é por todo o país, mas aqui em particular é o que nos diz respeito. Obviamente que não faz sentido nenhum um município com o crescimento que está a ter seja no desenvolvimento industrial, portuário e turístico, tem duas viaturas e uma foi porque a Câmara Municipal, o anterior executivo ofereceu o carro à GNR. Isto é ridículo, é ridículo, se falarmos com o comandante de posto naturalmente que ele sente-se incomodado com isto, se falarmos com o comandante de destacamento também e se falarmos com o comandante distrital também, nós vamos ter agora aqui o dia da GNR na próxima quarta-feira, do comando do destacamento de Setúbal que também é um sinal para consciencializar, não temos ainda a certeza se o Ministro da Administração Interna vem ou não, mas o comandante geral da GNR está confirmado, para também termos uma oportunidade de os consciencializar e a Câmara Municipal até vai investir no evento, nós é que vamos suportar o almoço, é alguma logística que é também uma ferramenta, eu considero que é um investimento que é trazer aqui a estrutura toda, as altas patentes para os consciencializar daquilo que aqui está,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

já que uma vez que o Primeiro-Ministro nunca me chegou a dizer nada até ao momento, dizia, «olhe não vou», não me disse nem que vou, nem que não vou, já se passaram quase seis meses e zero. Eu sou do tempo que me recordo, eu trabalhava nas férias do Porto Covo e havia lá pelo menos no verão o posto da GNR abria e hoje que temos muito mais gente e muito mais turismo paradoxalmente não há. Nós em vez de evoluirmos regredimos. Essa é a realidade, vocês ouviram o meu discurso do 25 de Abril e essa é a realidade que é fechar serviços públicos, GNR, postos de saúde, escolas, etc. -----

Quanto à questão da presidência aberta na educação que a Ana Rita colocou, penso que não foi uma questão, foi mais um comentário e a questão do espaço público também já acabei por responder. A estrada do Paiol, efetivamente nós não deixámos cair o concurso público que vinha do anterior mandato, do anterior executivo, porque considerámos que o investimento estava previsto só para a parte da repavimentação não era para intervir nos outros três quilómetros que estão em terra batida, salvo erro era na ordem de um milhão de euros e tendo em conta a perceção que nós tínhamos das necessidades e com todo o respeito pela população do Paiol que é muito, que nós até pela experiência que eu tenho podíamos encontrar outro tipo de solução, e a solução que nós encontrámos é uma solução de duplo revestimento que é muito mais barata, que é muito utilizada para vias com pouco trânsito, aliás, em Portugal a maioria das estradas nacionais a sua base era duplo revestimento, penso eu que até a 120, essa não tenho a certeza, mas, por exemplo, a 261 essa claramente, a base dela era nisto. Depois Portugal como em muitos outros aspetos achou que era um país rico, depois começou a fazer soluções de outra natureza, mas se nós formos aos Estados Unidos, à Austrália, países que têm extensões territoriais muito grandes eles utilizam esta solução em estradas com centenas de quilómetros, que se foi perdendo. Nós, aquilo obriga a um problema que é, aquilo não pode ter muito trânsito e trânsito pesado em particular, mas mesmo que assim seja que nós tenhamos que assumir manutenção, de vez em quando aquilo possa ali abrir um ou outro buraco, fica sempre muito mais barato, porque a estimativa que nós tínhamos é um milhão, tínhamos não, a empreitada era um milhão e a outra parte dos três quilómetros se fôssemos para uma solução também clássica andaria ainda bem mais um milhão e tal. Nós pelo menos quando andámos lá em campanha as pessoas o que enfatizaram muito era a questão da terra batida que essa é que seria a prioridade. A solução que nós procurámos é um duplo revestimento por cima



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

daquilo que já está feito e um duplo revestimento na parte que está em terra batida, e a estimativa de custos que os serviços nos deram antes de nós termos tomado a decisão, é bom também que se diga, é que a solução total os três quilómetros de terra batida mais investimento ficaria mais barata do que a empreitada só para a repavimentação do existente. Por isso, quando não temos dinheiro para fazer tudo, temos que encontrar soluções que possam servir à mesma as populações, se calhar não é ótima, mas não deixa de ser boa. -----

As outras questões também do deputado Ricardo Baltazar penso que também não foram questões, foram também mais comentários. A questão que a senhora Presidente colocou do PTRR, nós não fomos claramente muito envolvidos nisto. Através da CCDR pediram-nos a questão da ponte, nós demos a questão da ponte, primeiro foi muito na ótica desta questão das intempéries e depois veio um documento se bem me recorde que apontava um conjunto de questões e que em Sines não estava nada, que era um bocado estranho. Nós colocámos a questão do politécnico, porque vinha lá as questões do ensino superior, mas não vinha esta em particular, nós colocámos essa questão como uma das principais do investimento prioritário em termos nacionais e naturalmente que depois as questões que eu estou farto de debater, das acessibilidades, a questão do reforço dos serviços públicos das diversas áreas, ao fim ao cabo um pouco a cassette que eu tenho utilizado ai permanentemente, foi mais ou menos nesse contexto que nós emitimos o nosso parecer. -----

A questão do terminal Vasco da Gama. Foi emitido um parecer, naturalmente nós somos a favor deste projeto, ainda hoje tive uma reunião com o Presidente do Conselho de Administração que nos deu o ponto de situação sobre isso e que nada está ainda fechado, ou seja, houve agora este período de discussão pública sobre essa eventual possibilidade, mas que nada ainda está decidido, aliás, eles encomendaram o estudo que receberam esta semana e que não vão depois torná-lo público, hoje não me disseram nada sobre isso e que depois irão apresentar ao governo e que o governo naturalmente depois é que decidirá se isto avança ou se não avança, sendo certo que é uma obra que terá naturais impactos do ponto de vista ambiental. Isso é uma inevitabilidade, nós do parecer que demos, naturalmente que levantamos essas reservas, tentar ao mínimo minimizar esse impacto, estamos a falar de uma obra que a ir para a frente levará oito anos a ser construída se tudo correr bem, há a questão também que também temos ali os surfistas que vai criar ainda um problema que já existe e a economia do surf é uma economia que acho que é importante, é pequena,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

mas é importante e nesta perspetiva se isto for para a frente eu acho que quem vive da economia do surf de alguma forma tem que ser compensado. São tantos milhões, tem que haver ali uma forma de compensar quem de repente vai perder o seu negócio porque há uma outra coisa que porventura é muito mais importante para o país e isso eu consigo perceber, mas os pequenos também precisam de ser ajudados. -----

A questão da ETAR da Ribeira de Moinhos, também eu acho que é absolutamente indispensável haver ali uma intervenção, porque a ETAR tem também quarenta e tal anos ou coisa parecida, sabemos dos problemas do passado, os problemas de cheiros, etc. nos últimos anos se calhar não se tem sentido tanto, a informação que nos é prestada é que na prática vai ser construída uma ETAR nova, ou seja, do ponto de vista da intervenção de reformulação da ETAR, basicamente é fazer de novo, não é, com tecnologia moderna e isto é absolutamente indispensável para o existente, para aquilo que já existe em termos de indústria e para aquilo que se espera que venha a acontecer no futuro que é muito. Por isso tem que estar preparada, já agora a talho de foice, a questão da dessalinizadora penso que também todos saberão também está assumida pelo governo com um prazo de dois mil e trinta e dois, salvo erro está concluída, e a ETAR os prazos também andarão mais ou menos, a estimativa de previsão é que possam andar também mais ou menos em simultâneo e eu acho que são infraestruturas absolutamente indispensáveis para o futuro de Sines e para o futuro da região e até do país. -----

O deputado **Gil Gonçalves (MAIS)**, explica que “a resposta do Presidente em relação à questão do espaço público foi no mínimo muito insatisfatória, porque basicamente não respondeu a quase nada. Eu perguntei-lhe uma coisa muito simples. Este é um dos principais problemas em Sines a par da habitação. Eu perguntei uma coisa simples que é o que é que está feito. Disse-me que estavam algumas coisas feitas, mas não disse nada, não disse um ponto, perguntei-lhe sobre o PDM também não me respondeu, perguntei de fundos comunitários não me respondeu, perguntei de projetos de arquitetura também não me respondeu. Quer dizer que é preciso alocar mais meios e mais pessoas e a Junta de Freguesia de Sines, isso já todos nós sabemos então do que é que estamos à espera, de que reestruturação? É uma questão, é culpa do estado central, também é como a questão da habitação? Ok, foi a questão da empresa que não cumpriu o contrato, mas o que eu quero perguntar é o que é que está feito? Nós não podemos estar aqui seis meses a cada seis meses



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

a cada Assembleia estar parados. A minha perceção é que está pouca coisa feita, do que eu olho, do que eu vejo os problemas continuam lá e não me soube dizer e não me quis dizer o que é que está feito aqui, onde é que arranjam estradas, onde é que arranjam jardins. Eu até fico impressionado em relação à resposta que recebemos da Câmara Municipal, todos os deputados, é assim, ouvi aqui as intervenções das outras bancadas, eu acho que isto é uma oposição fofinha, acho que com uma oposição fofinha as coisas não vão para a frente a dar os parabéns e tudo mais, mas é só para dizer o quê? Recebemos a resposta em relação ao requerimento que eu fiz de cada uma das empreitadas e como é que ninguém chega aqui e diz que não está nada feito a tempo, não cumprimos nada, mesmo prazos do seu mandato, do início deste ano, porque não conseguimos cumprir nada, não há uma empreitada que se diga que vai começar neste dia, vai acabar naquele dia. Eu não gosto destas comparações, mas eu acho que até já disse aqui, por exemplo, eu tenho o meu irmão mais velho na Bélgica e eles lá têm uma coisa que é, quando têm uma empreitada seja uma estrada ou um jardim, qualquer coisa, eles estão a fazer a requalificação do jardim, metem lá uma tabuleta e dizem assim, obra de requalificação do jardim das Descobertas da Bélgica e vai começar no dia 1 de março de 2026 e vai acabar no dia 1 de novembro de 2026, e Senhor Presidente não sei qual é que é a magia que eles fazem lá, mas acaba naquele dia. Nós aqui andamos com prorrogações e prazos e não concluímos nada e mesmo, ou seja, na data de resposta prazos que estavam lá nós já sabemos que não vão ser cumpridos porque alguns já estavam atrasados e outros não têm maneira de serem cumpridos naquele prazo. Portanto, ou não sabemos estipular prazos e metas, ou então não nos sabemos organizar”. -----

O deputado **Helder Guerreiro** (CDU), afirma que “queria dizer ao deputado Gil que de facto, a missão dele é vir ali perguntar e deve perguntar até em todas as assembleias municipais e lá estará com certeza o executivo para responder e eles efetivamente para ajudarem, porque é mesmo assim para ajudarem a que se vire a página também nesse campo das prorrogações acima de prorrogações, dos incumprimentos, do mau estado das estradas, dos jardins, de tudo, do estado calamitoso em que este executivo recebeu há seis meses a cidade, há seis meses, volto a recordar. Por isso, acho que o deputado Gil não querendo ser fofinho, deve vir cá todas as assembleias municipais e eu faço questão de o recordar até, de vir cá todas as assembleias municipais fazer todas as perguntas que tem para fazer”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados.

“Eu já no outro dia tive alguma dificuldade em perceber a intervenção do deputado Gil e hoje estou outra vez um bocado confuso. O PDM de facto não respondi, mas as outras três questões respondi, falei em fundos comunitários, aliás até acho que me estiquei bem na abordagem dos fundos comunitários, expliquei a parte do saneamento, expliquei da estação de mobilidade, acho que falei dos fundos comunitários, falei do espaço público. Agora, o senhor pode querer as respostas, eu a si ou a qualquer outro deputado, eu nunca lhe vou dar a resposta que o senhor quer, eu dou-lhe aquela que eu penso livremente. Agora, se o senhor quer, oiça, estou há vinte e quatro anos na vida política, Assembleia Municipal, depois nas câmaras municipais, eu nunca tinha visto alguém vir criticar os seus colegas também da oposição de outros partidos a chamar-lhes fofinhos, isto para mim é uma coisa inacreditável, só porque as pessoas, os senhores para serem oposição não deixam de ser oposição por reconhecerem que a Câmara Municipal fez alguma coisa bem e quando não faz mal também acho que todos têm feito uma crítica construtiva, aliás, por acaso por norma sempre construtiva. O senhor vem criticar os seus colegas da oposição que são uns fofinhos, isto é uma coisa inacreditável. É que o senhor quer que os deputados municipais digam o que o senhor também quer dizer, a sua conceção da verdade. A conceção da verdade vai ser feita daqui a três anos e meio. Daqui a três anos e meio o povo de Sines é que vai fazer o julgamento, não é o senhor que faz o julgamento nem eu. O senhor como já foi aqui dito questiona e eu respondo aquilo que eu quero, não é aquilo que o senhor quer. Habitue-se, eu respondo aquilo que eu quero, eu disse-lhe do espaço público, expliquei da empresa, expliquei que a Câmara está a intervir. Agora, a conceção se está mais limpa ou se está menos limpa do que estava quando nós entrámos, cada um de nós aqui pode ter uma opinião, se calhar da minha rua onde eu vivo pode estar pior, o vizinho do lado se calhar na rua dele até pode estar melhor, isso é uma conceção. Agora, posso-lhe dizer é que os trabalhadores da Câmara Municipal têm uma organização diferente e trabalham todos os dias, diariamente. Se o senhor está a querer criticar os trabalhadores da Câmara Municipal por isso não sou eu que ando a limpar as ruas nem as senhoras vereadoras, não somos nós que andamos a limpar as ruas. Está a perceber? Nós estamos a criar uma organização interna para que a Câmara Municipal funcione melhor e na minha opinião e na opinião de muita gente, inclusive até aqui de alguns senhores deputados da oposição reconheceram que nalguns aspetos está melhor, noutros



Handwritten signature and initials: "CAR." and "L."

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

não está, sou o primeiro a dizer. Agora, o julgamento é feito daqui a três anos e meio, felizmente como já aqui foi referido estávamos no âmbito das comemorações do 25 de Abril em que felizmente vivemos num país em democracia que as pessoas farão o seu julgamento e fazem as suas opções. -----

Quanto à questão do PDM, que é a única que eu não respondi, que aliás eu até me antecipei que era a única que ainda me tinha faltado, a Câmara Municipal deve ter um recorde nacional porque está há dezanove anos num processo de revisão de Plano Diretor Municipal e naturalmente está numa fase que ao contrário do que até se calhar eu próprio pensava, está longe de estar concluído, porque foram feitas reuniões de concertação com as diversas entidades que tinham emitido pareceres negativos e não há atas nenhuma dessas reuniões. Eu já tive uma reunião na CCDDR com o diretor de serviços, não há uma única ata dessas reuniões e por isso as pessoas que emitiram esses pareceres às tantas já não se lembram ou então agora até têm colegas novos que não entraram nesse processo e que agora quando chegam lá não têm nada e vão dar a sua opinião. Mais, como devem imaginar, o atual executivo, eu em particular, a proposta que o PDM de Sines tem para mim em certas áreas acho que é completamente redutora e tem uma visão sobre o território que não é aquela que o território precisa e por isso este executivo pode até perder mais tempo, uma vez que já passaram dezanove anos podemos perder mais algum tempo, mas queremos implementar uma solução que seja aquela que é a nossa visão no território e com todo o respeito não é a visão de quem geriu o território durante doze anos e que, entretanto saiu e por isso acho que toda a gente percebe isso, inclusive até o anterior executivo que quem veio agora tem uma visão e uma conceção se calhar não é em tudo, mas em algumas coisas tem uma conceção diferente e por isso terá as suas opções naturalmente políticas nesse sentido”. -----

O deputado **Gil Gonçalves** (MAIS), refere que a sua intervenção é só para fazer defesa da honra, porque o “Presidente dá ali a entender que ele está a atacar os trabalhadores que não trabalham. Isso não é verdade, eu fiz uma crítica a ele, Presidente da Câmara Municipal que tem a responsabilidade máxima para que as coisas sejam feitas, para que o trabalho apareça feito, isso é que as pessoas querem ver, as pessoas não vivem de reuniões, fazem uma declaração de cem dias de reuniões que tiveram, as pessoas não vivem de reuniões, nem de projetos, nem de promessas. As pessoas querem ver trabalho feito, é só isso que eu estou a perguntar. Se vou ter esta postura



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

sempre, vou, portanto o Presidente habitue-se também, com todo o respeito, se não gosta de ser confrontado é a minha postura aqui na Assembleia, vai continuar a ser e se eu vir que a oposição está a ser fofinha também vou dizer”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar (PS)**, refere que não considera “uma crítica, considera um elogio, porque é tão raro alguém o considerar fofinho que honestamente quer na vida profissional, quer na vida política que acha um elogio. E a mensagem se calhar que nós passámos e aquilo que eu li não foi então compreendida. Nós congratulámos o executivo por continuar a executar os projetos que o PS deixou para serem executados e não vejo onde é que eu posso estar a ser fofinho para o executivo, o bom trabalho de continuar aquilo que nós deixámos.”-----

C - Assuntos da ordem do dia-----

Ponto 1: Apreciação e votação da proposta da ata da Assembleia Municipal Ordinária realizada em 25-02-2026. -----

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, refere que “a ata foi disponibilizada e nesse sentido dispensam-se da sua leitura». Uma vez que não houve intervenções, a ata foi colocada à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

Ponto 2: Apreciação e votação da proposta de constituição das comissões especializadas da Assembleia Municipal. -----

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, presta informações acerca do ponto em discussão, referindo que “esta proposta foi trabalhada e consensualizada em sede de reunião e dos trabalhos da Comissão Permanente com todas as forças políticas. Aquilo que propomos é a constituição de três comissões especializadas, o que se pretende é que, efetivamente e ao contrário daquilo que vem acontecendo ao longo dos últimos anos, estas comissões especializadas para além de serem constituídas, consigam desenvolver o seu trabalho e produzir informação, documentação que seja útil para o município também para os trabalhos na Assembleia, por exemplo estes processos de discussão pública, processos complexos e que exigem aqui pronunciamento por parte da Assembleia Municipal naturalmente beneficiarão da existência destas comissões em que as pessoas se podem dedicar de uma forma mais rigorosa ao tratamento de determinadas matérias e, portanto, as comissões que nós propomos, propomos três comissões porque entendemos que não faz sentido termos um número muito grande de comissões e depois não haver disponibilidade para



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

as pôr efetivamente a funcionar e, portanto, considerámos que seria preferível ter três comissões em grandes áreas, serão chapéus depois para outras áreas que podem aqui caber e que, a cada momento também consoante aquilo que vai sendo a vida do município, possamos então ir trabalhando alguns temas dentro destas comissões mais abrangentes e as comissões que nós então propomos é a Comissão de Desenvolvimento Económico e Ambiente, Comissão de Ordenamento do Território, Habitação e Mobilidade e a Comissão de Assuntos Sociais. Portanto, são comissões como eu disse bastante latas onde caberão todos os assuntos que são da esfera de atribuição e competência de um município e que depois, cada comissão pode ir trabalhando também à medida que as coisas se vão desenvolvendo. Portanto, aquilo que propomos é que cada comissão seja constituída por cinco elementos, um representante de cada força política em cada comissão, porque permite também mais uma vez uma maior agilidade, portanto comissões com muitos elementos regra geral diz-nos a experiência que depois só para conciliar agendas é complicado e, portanto, entendemos em sede de comissão permanente que seria preferível comissões com menos gente, mas que pudessem ter aqui uma maior agilidade. -----

Depois, em sede das próprias comissões e como está previsto no nosso regimento, cada comissão terá uma coordenação, um coordenador ou coordenadora e um secretário ou secretária, cuja eleição, portanto a designação será feita no seio da própria comissão. Obviamente esse elemento que coordena terá aqui um voto de qualidade como é habitual nestes «órgãos colegiais» e, portanto, não sei se algum dos senhores deputados quer usar da palavra neste ponto apesar da proposta ser conhecida de todos”. -----

O deputado **Helder Guerreiro** (CDU), diz que a sua intervenção serve para dar nota dos elementos da CDU que vão integrar as comissões. “A nossa proposta de indicação de nomes para a Comissão de Desenvolvimento Económico e Ambiente serei eu, para a Comissão de Ordenamento do Território Habitação e Mobilidade será a Antonieta Lopes e para a Comissão de Assuntos Sociais será o Ricardo Rodrigues, e de resto é fazer votos para que estas comissões funcionem de facto, porque estas comissões como todas as comissões, como todos os órgãos dependem sempre da forma como nós que as integramos as encaramos. Podem ser muito ou pouco importantes, assim nós lhes demos muita ou pouca importância”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, “pede a quem ainda não indicou os membros que o faça e pedia que essa indicação pudesse ser feita no prazo de dez dias para que eles também consigam iniciar rapidamente os trabalhos”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente Marisa Santos, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 3: Apreciação e votação da recomendação formulada pelo grupo municipal do MAIS sobre a instalação de videovigilância em Sines. -----

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, “esclarece que a recomendação foi integrada na ordem de trabalhos e foi por isso mesmo também remetida a todos os membros da Assembleia Municipal. De qualquer das formas, eu passava a palavra ao Paulo para o caso de querer fazer alguma apresentação. Não querendo fazer nenhuma apresentação, coloco à consideração dos senhores deputados se alguém quer intervir”. -----

O deputado **Augusto Filipe (PPD/PSD)**, explica que em relação a este ponto o “PSD é favorável, porque é algo que estava no seu programa eleitoral, é algo que eles disseram que era necessário e já hoje ali se percebeu quando dizem que não há GNR, os assaltos estão a aumentar, na ZIL há assaltos quase que diários. Portanto, penso que é um caminho que devemos seguir, estamos se calhar a perder algum tempo e temos que ser o mais rápidos possível. Tudo farei para que a Polícia Municipal venha a ser uma autoridade, não sei se a CDU tem essa ideia ou não, mas se calhar também é tempo da CDU perceber que não tem maioria e haverá coisas que tem que falar com os seus parceiros políticos para chegarmos a consensos, porque começo a ver aqui alguns toques de quem tem a maioria sem a ter”. -----

O deputado **Ricardo Baltazar (PS)**, começa por dizer que o seu grupo municipal também concorda com a moção. “No entanto, nós achamos que é algo que já está em curso, inclusive nós sabemos que há reuniões que aconteceram entre a autarquia e a GNR, inclusive já está numa fase em que a própria autarquia tem o processo de aquisição das Câmaras Municipais para avançar. Se não for assim, é a informação que nós temos, pode não ser a mais correta como já aconteceu também na última Assembleia. Independentemente dessa situação, o relatório anual de segurança interna não indica os valores de Sines, indica os valores do distrito de Setúbal. Portanto, nós não sabemos se a criminalidade em Sines está a aumentar ou não. Que há uma perceção de insegurança,



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

há, a que é que se deve, não conseguimos muito bem explicar, mas provavelmente a novas realidades de novas nacionalidades que há na cidade, etc. seja lá o que for, mas nós não temos dados concretos para saber se há ou não um aumento da criminalidade. -----

Aquilo que nós indicamos e que efetivamente também já foi frisado nesta sessão, é que a GNR não tem condições para efetuar o trabalho que deve. Não tem efetivos, não tem viaturas, não tem instalações condignas, aliás são decrepitas as que tem. Existe um sem número de ações que nós podemos fazer inclusive para melhorar essas condições. -----

No programa eleitoral do PS havia uma ideia da minicidade judiciária, que iria incluir vários serviços, o tribunal, a GNR, conservatória, etc. um gabinete de apoio à vítima que achamos que é fundamental existir no concelho também. Esse conceito podia ser em terrenos que a Câmara Municipal podia ceder em direito de superfície efetivamente, de modo a pressionar o próprio governo central a avançar nesse sentido. O Senhor Presidente não estava, eu frisei uma questão relativamente às câmaras que nós temos a informação que as mesmas já se encontram em processo de aquisição pela autarquia. Se não é a informação correta, temos que melhorar as nossas fontes então. -----

A informação que nós temos é que já houve reuniões entre a autarquia e a GNR, etc. que está um protocolo por ser criado, mas que está numa fase já processual de aquisição das próprias câmaras. Se não está correto, certamente o Senhor Presidente pode esclarecer”. -----

O deputado **Helder Guerreiro** (CDU), afirma que acha que há ali “um erro de visão na sua opinião relativamente à realidade. Nós, no fundo, concordamos com esta apreciação que o Partido Socialista faz das perceções que o problema muitas vezes está nas perceções e nós vimos, é dito ou é escrito nesta moção que foi o relatório de segurança interna que colocou na ordem do dia. Não foi o relatório de segurança interna, foi alguns meios de comunicação social que querem no fundo, alimentar esta perceção de insegurança e alimentando ao mesmo tempo, a agenda política da extrema-direita, chamemos-lhe assim que alimenta sobretudo desta perceção de insegurança ou criando pelo menos uma perceção artificial de insegurança para depois criar o caldo de cultura, o caldo necessário a que as suas ideias vinguem, a que as suas ideias no fundo, se vão espalhando e se vão disseminando pela população, de forma que o que nós entendemos é que muito antes das Câmaras Municipais está a questão que também já foi aqui colocada que tem a ver com as



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

condições que são dadas neste caso à GNR, aos profissionais de segurança, aos militares da GNR, da Polícia de Segurança Pública, enfim, a todos os que trabalham nessa área, à quantidade de efetivos, ao policiamento de proximidade que tem que ser uma realidade e a presença na rua não deve ser opressiva, mas deve ser visível e constante de forma a que também ao nível das perceções transmita ao contrário do que eu disse, isso sim ou outro, sim, a sensação de segurança às populações de forma a que nós consideramos que esta moção e nós vamos votar contra digo já e vamos apresentar uma declaração de voto. Esta moção de facto não presta um bom serviço à democracia, não presta um bom serviço à segurança em si nem à população”. -----

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), afirma que “já esperava esta posição da bancada da CDU, mas era só para dizer ao deputado Hélder que eu nem sou de extrema-direita, nem de extrema-esquerda, não sou extrema de coisa nenhuma. Tenho é uma empresa na ZIL que foi assaltada três vezes no último mês e os carros ficam em cima, a minha perceção é meter jantes novas, meter isto e na ZIL há assaltos todos os dias e Sines está complicado como outros pontos, isso não tem a ver nem com as cenas da comunicação social, é isto, há assalto em Sines, ponto final parágrafo”. ----

O deputado **Paulo Freitas** (MAIS), refere “homem detido por posse de arma de fogo junto à escola. Isso deve ter sido algum tipo de perceção que muitos de nós não conhecem de certeza. Podia continuar, a PJ detém homem por tentativa de duplo homicídio em Sines, mais uma perceção falsa que nós devemos ter. Homem morto a tiro de caçadeira no centro de Sines, ou seja, podemos continuar aqui, isto não são perceções, se calhar são perceções de quem não está no terreno em contacto com a realidade. Agora, isto é uma recomendação, não estamos a falar de implementação do projeto, não estamos a falar de concretizar agora, é uma recomendação para avaliar se realmente há condições no nosso concelho para efetivamente concretizar este projeto. E outra, fico satisfeito, pronto o PSD não estava no mandato anterior, mas penso que seja para acompanhar, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo também, que tenhamos que reforçar a GNR porque no anterior mandato fartámo-nos de bater nessa questão e até mesmo da bancada da CDU era um silêncio ensurdecedor, não se ouvia nem um pio. Agora não, temos policiamento de proximidade, temos que arranjar um terreno. Então, já que concordam todos com a situação, então fazemos uma recomendação para pressionar o governo para efetivar isso. Esta casa tem a obrigação de fazer isso e já que estamos todos de acordo, aliás, a única posição que eu não conheço oficialmente é a do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

senhor Presidente, porque eu também estive a pesquisar a ver se havia alguma coisa a dizer dentro desse aspeto, mas não encontrei nada pronto também se calhar porque não tive as fontes corretas. Agora, se há essa mesma visão de tudo exceto do senhor deputado Helder Guerreiro, aliás, eu até já estava à espera do voto contra da CDU, até porque a primeira declaração de voto que eu vou afirmar é mesmo já a contar que fosse reprovada pela CDU. Por isso, não estou admirado com essa reprovação. Agora, eu acho é que se perdeu uma boa oportunidade de começar a resolver, isto não tem nada a ver com extremas direitas, nem com nacionalidade, nem com isso. Tem a ver com problemas efetivos e volto a repetir, tivemos um episódio junto à escola recentemente, será que foi alguém que foi inventar, será que foi a comunicação social que inventou, será que foi a GNR que inventou a prisão da pessoa em questão? Eu acho que não, por isso é que eu digo, está-se a perder uma oportunidade de começarmos lentamente, obviamente que o reforço da autoridade é a prioridade, isso é que tem que ser uma prioridade, mas lá está, é uma preocupação recente não nossa, mas uma preocupação recente dos restantes”.

O deputado **Gil Gonçalves** (MAIS), explica que “essa tentativa de associação do MAIS a movimentos e partidos de extrema-direita, acha que não vale a pena comentar. Acho que isso é cegueira ideológica, quem for ler um programa autárquico do MAIS eu gostava que me dissessem quais é que são as medidas, ou as nossas propostas que se assemelhem a alguma coisa de extrema-direita, e depois é dizer que parece-me que o deputado Helder como disse aqui o meu colega Paulo, não leu a proposta, porque aquilo que nós propomos senhor deputado não é implementar câmaras em Sines, é como disse o meu colega Paulo, a Câmara juntamente com a GNR fazerem um estudo que o deputado Baltazar estava a dizer que já está em curso sobre se é ou não viável e se faz ou não sentido ter estas câmaras em Sines, porque esses dados existem e a GNR também os pode dar da criminalidade de casos graves de crime grave e de crimes leves e eu penso que isso também está na proposta, porque eu li na moção. Estas tentativas aqui de associação à extrema-direita acho que merecem poucos comentários da sua parte e depois é isso não leu a proposta, porque aquilo que nós estamos a dizer é, de todos os argumentos que poderia utilizar contra a instalação de câmaras em relação à proteção de dados, em relação ao crime que se desvia para outras zonas onde não existem as câmaras, em relação como o deputado Baltazar referiu aos custos das câmaras dos meios que a GNR tem que ter e que têm de ser reforçados para fazer este trabalho, de todos esses



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

argumentos vem dizer que isto é propaganda de extrema-direita. Isto é cegueira ideológica que nós temos aqui, mas não sei se é o único deputado com esta visão aqui na bancada da CDU, eu espero que não”. -----

O deputado **Helder Guerreiro** (CDU), diz que “queria só descansar o deputado Augusto Filipe que de todo o classifica nas suas considerações, aliás, tem em consideração e não acha que seja de extrema-direita, e lamenta os assaltos, mas pronto, alguma coisa efetivamente está a correr mal e queria também agradecer a bengala ideológica para o ajudar a guiar, a ler algumas moções, declarações, mas de qualquer das formas essa bengala ideológica não o iria impedir de tropeçar em consecutivas treleituras e releituras das próprias intervenções que um e outro vão tendo que têm que ser traduzidas e pedidos de desculpa e pedidos de quase de licença para existir. Não, todos têm aqui direito de existir, expressar as suas opiniões sem ter que vir interpretá-las ou traduzi-las para todo o resto dos deputados”. -----

A Senhora Presidente **Marisa Santos** (MAIS), explica que “esta é uma recomendação que surge da bancada. No entanto, é uma recomendação para a Câmara Municipal, também o senhor deputado Ricardo Baltazar acabou por colocar aqui uma questão à Câmara Municipal e, portanto, eu passaria a palavra ao senhor Presidente da Câmara para também poder intervir”. -----

O Presidente **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados “na primeira reunião que tive com o comandante do posto e com o comandante de destacamento que, entretanto já é outro, coloquei estas questões de segurança em termos genéricos e até porque mesmo durante a campanha, aliás, penso que nos debates que houve esta questão chegou a ser a florada e até foi dito que ele era contra a questão das videovigilâncias, Santiago do Cacém, a Câmara Municipal colocou câmaras de videovigilância em determinados sítios, no Rio da Figueira, junto às piscinas da Figueira, também na quinta do Chafariz como forma dissuasora de eventuais, porque tínhamos lá atos de vandalismo com alguma regularidade. Continuámos a ter é certo, mas passaram a acontecer com menos regularidade. Na reunião que eu tive com eles, com a GNR o que me foi transmitido foi que o anterior executivo em conjunto com a GNR tinham colocado esta questão em cima da mesa e que a GNR ficou com a incumbência de fazer uma proposta para apresentar à Câmara Municipal com uma solução que já existe nalguns concelhos, penso que em Albufeira, ele deu-me o exemplo Albufeira e um outro qualquer que já não me recordo, mas que o



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

processo estaria pendente de avaliação superior a nível da GNR e que já estaria lá há bastante tempo, porque isto são matérias de alguma complexidade, a questão do direito à privacidade e outras. Em todo o caso, aquilo que estava aqui em cima da mesa não é aquilo, eu até tinha responsabilidades em Santiago, não foi aquilo que nós implementámos lá. Isto tem uma ligação direta à GNR, é a GNR que gere todo o processo de videovigilância e daquilo que percebi era uma escala grande, não era a cidade toda, mas seria uma escala mais alargada e que teria um custo que ele não me conseguiu dizer qual é que era, mas teria algum custo. Por isso, dizer que o ponto de situação é este, não está nas mãos da Câmara Municipal, mas é algo que já foi desenvolvido que veio de trás e que até agora não houve, eu já voltei naturalmente a falar com ele sobre outros assuntos e voltei também a perguntar-lhe se já tinha havido mais alguma informação, ele disse-me que ainda não tinha nada. Já agora, dizer que obviamente que a Câmara Municipal vai acompanhando as questões de segurança e naturalmente que para mim a questão central, absolutamente central é o reforço de efetivo e o reforço de meios. A videovigilância pode ter um papel importante principalmente dissuasor, mas a questão fundamental e central é o reforço de efetivos e é essa que a Câmara está a dar como prioridade absoluta que a própria GNR como eu ainda há pouco penso que aflorei, a própria GNR veio aqui fazer um dia do destacamento para também dar esse sinal aos superiores, porque tem absoluta consciência que Sines tendo em conta tudo aquilo que está aqui a acontecer que precisa efetivamente de reforço. -----

Eu continuo a dizer que o concelho é seguro. Agora, há episódios como já foram aqui relatados, mas também não é uma andorinha que faz a primavera. Tem vindo a aumentar não só aqui, também nos concelhos vizinhos tem vindo a aumentar. Preocupa-nos claro que sim. Se é uma insegurança, eu acho que as pessoas ainda conseguem andar na rua o suficientemente em segurança. Agora, há episódios como há nas pequenas aldeias do interior onde não vive praticamente ninguém, de vez em quando também ouvimos relatos de coisas que acontecem que há furtos, há roubos, há violência, há violência doméstica que é uma matéria que às vezes pouco se fala que é no seio dentro da casa, mas que é importante haver equipas de prevenção a esse nível que são necessárias e por isso tem que haver é reforço de meios. Com a Câmara contem sempre, naturalmente se houver apoio de todas as bancadas para se aprovar aqui uma moção no sentido de apresentar ao governo e à Assembleia da República para pedir mais reforço de meios, eu acho que esse é um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

caminho prioritário sem prejuízo desta questão da videovigilância de continuar a merecer o nosso acompanhamento. Agora, isto não é uma competência da Câmara Municipal, eu repito, cada vez que a Câmara Municipal esteja a investir em matérias que não são da sua competência, está a retirar capacidade de atuar naquilo que é sua competência nas diversas coisas que já foram aqui apontadas que fazem falta ao concelho e que a Câmara não consegue ter recursos para tudo”. ----

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, afirma que a “proposta de moção que foi apresentada também incorpora essa questão do reforço de meios e do policiamento de proximidade. Portanto, é uma questão que está aqui considerada, sendo que a proposta o que recomenda na realidade é a realização de um estudo desta matéria não dizendo aqui taxativamente que se posiciona como favorável ou desfavorável à videovigilância, mas sim que a matéria seja objeto de estudo e de reflexão entre as entidades que têm aqui responsabilidades, estudo esse que também de certa forma já está em curso”. -----

O deputado **Paulo Freitas (MAIS)**, refere que posteriormente irão apresentar “uma declaração de voto. Antes queria só mencionar uma palavra, apreciei mais a indicação do que o Senhor Presidente falou do que propriamente do líder da bancada da CDU. Isso, sim, vai haver uma moção para pedir ao governo que haja esse reforço tão necessário das forças de segurança e eu depois quero ver se também há algum vias ideológico para aprovar essa proposta, já que foi agora tão mencionada”.

O deputado **Hélder Campos (CDU)**, esclarece que podem já “resolver este assunto e transformar esta moção, se retirarem esta moção podem redigir e apresentar uma moção alternativa que vá de encontro às preocupações que eles todos têm”. -----

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, diz que o que o senhor deputado “está a sugerir é que esta moção pudesse ser retirada, a moção foi apresentada pela bancada do MAIS, pelo que deverá ser o líder da bancada a informar se pretende retirar a moção para reformulação”. -----

O deputado **Paulo Freitas (MAIS)**, refere que a “moção não vai ser retirada, até porque ele quer que fique registado o voto contra a uma recomendação do estudo, nem sequer estão a falar da implementação. Por isso não vai ser retirada, mas essa moção tal como eu disse ao executivo vai aparecer de uma forma ponderada e se for possível consensual entre todos os partidos e o movimento melhor ainda, não há problema, não há esse vias ideológico da nossa parte como



Handwritten signatures and initials in blue ink.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA N° 4/2026

nunca houve. Por isso, se houver disponibilidade para depois falarmos disso e apresentar uma moção conjunta, estamos disponíveis para isso”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Sines Marisa Santos, colocou à votação a recomendação, que foi aprovada por maioria, com 8 votos contra da CDU, 6 votos a favor do MAIS, 5 votos a favor do PS e 3 votos a favor do PSD. -----

No seguimento desta votação, o deputado **Paulo Freitas** (MAIS), lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra. “O grupo municipal do MAIS lamenta a reprovação pela Assembleia Municipal de Sines da recomendação «pela avaliação da instalação de videovigilância em pontos estratégicos da cidade». A proposta apresentada não pretendia impor uma solução fechada à Câmara Municipal nem defender a instalação discriminada de câmaras no espaço público. O seu objetivo era apenas recomendar que a matéria fosse estudada com seriedade, responsabilidade e enquadramento técnico, em articulação com as forças de segurança e no respeito integral pela legislação em vigor. -----

Para o MAIS discutir segurança não deve ser motivo de receio político nem de bloqueio ideológico. -----

A videovigilância, quando devidamente regulada e proporcional e aplicada apenas onde se justifique, pode constituir um instrumento complementar de prevenção, dissuasão e apoio à investigação criminal. -----

Importa sublinhar que a recomendação rejeitada previa precisamente garantias essenciais como o respetivo estudo prévio, parecer das forças de segurança, avaliação de custos, definição de zonas prioritárias, enquadramento legal, respeito pela proteção de dados e informação clara à população. -----

Ao reprovar esta recomendação perdeu-se uma oportunidade de analisar uma matéria relevante de forma ponderada sem alarmismos, mas também sem indiferença para preocupações legítimas dos cidadãos. -----

O grupo municipal do MAIS continua a defender que a segurança das populações deverá ser tratada com responsabilidade, cooperação institucional e capacidade de antecipação. Sines merece



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

um debate sério sobre os instrumentos que podem contribuir para uma cidade mais segura, mais protegida e mais confiante”. -----

No seguimento desta votação, um dos deputados da CDU lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra. “A CDU vota contra a recomendação apresentada relativa à instalação de sistemas de videovigilância no concelho de Sines. Entendemos que a segurança das populações exige uma abordagem séria, assente no reforço dos meios humanos das forças de segurança, do policiamento, da proximidade e na implementação das políticas públicas que atuem de forma preventiva sobre os problemas. -----

A experiência tem demonstrado que a videovigilância pode quando muito desempenhar um papel reativo face às ocorrências, mas não substitui nem responde à necessidade de presença efetiva de agentes no terreno, nem contribui de forma significativa para a prevenção da criminalidade. -----

Consideramos que ao nível municipal existem instrumentos mais eficazes de promover a segurança, designadamente o reforço de iluminação pública, dinamização/ocupação de espaços públicos, o apoio à reabilitação do comércio local, medidas que contribuem para os territórios mais vividos e por isso mais seguros. -----

A CDU defende que o caminho deve passar pelo investimento em políticas de proximidade, pelo envolvimento das populações e pelo reforço dos meios das forças e de serviços de segurança, ao invés de soluções que não atacam as causas dos problemas nem garantem uma melhoria efetiva das condições de segurança”. -----

Ponto 4: Apreciação do Balanço Social do município de Sines referente ao ano 2025. -----

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, pergunta ao Senhor Presidente da Câmara Municipal se quer fazer alguma apresentação do ponto. Uma vez que o Senhor Presidente da Câmara Municipal não quis intervir, deu a palavra aos senhores deputados. -----

O deputado **Augusto Filipe (PPD/PSD)**, diz que em “relação ao Balanço Social, o PSD só queria chamar a atenção se calhar pode haver alguma explicação que ele não saiba. Aqui na parte do pessoal em cinco anos o quadro cresce mais de vinte por cento, entram noventa e sete pessoas mais para a Câmara. O Presidente com a experiência que tem poder-me-á ajudar a perceber o porquê”. -----

O Presidente **Álvaro Beijinha**, responde que “foi uma opção do anterior executivo”. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

Não havendo mais intervenções, a Sra. Presidente deu o ponto por apreciado tendo em conta que este é um assunto para efeitos de apreciação". -----

Ponto 5: Apreciação dos documentos de Certificação Legal de Contas emitidos pela Revisora Oficial de Contas do Município de Sines. -----

A senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, explica que “é um ponto também para conhecimento e não havendo questões, deu-se o mesmo por apreciado”. -----

Ponto 6: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente à prestação de contas individuais de 2025. -----

A Senhora Presidente da **Marisa Santos (MAIS)** passa a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para ele fazer a apresentação do ponto. -----

O Presidente da Câmara Municipal, **Álvaro Beijinha**, explica que “não tem muito para dizer, isto, dez dos doze meses são gestão do anterior executivo para o bem e para o mal. Nós temos aqui apenas uma responsabilidade dos últimos dois meses como é sabido e se houver questões técnicas o Ricardo Barbosa está aqui também para poder esclarecer e eu próprio também se houver alguma questão”. -----

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, pergunta aos senhores deputados se querem intervir sobre este assunto. -----

Uma vez que ninguém quis intervir, a proposta foi colocada à votação, tendo sido aprovada por maioria, com 8 votos a favor da CDU, 6 abstenções do MAIS, 5 votos a favor do PS e 3 votos a favor do PSD. -----

No seguimento desta votação, a deputada **Amélia Nunes** (do PS), lê a seguinte declaração de voto que se transcreve na íntegra. “as contas do ano 2025 apresentadas nestes documentos refletem cerca de dez meses de gestão do executivo do Partido Socialista. Os resultados apresentados demonstram que é possível conciliar bons indicadores financeiros com a realização de obra e a promoção do concelho sem ao mesmo tempo, sobrecarregar os impostos que incidem sobre as pessoas e as famílias. -----

Todos os indicadores económico-financeiros do ano 2025, sejam de liquidez, rentabilidade ou estrutura financeira, nomeadamente a autonomia financeira, a solvabilidade e o endividamento, apresentam resultados significativos quando comparados com o ano anterior. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

No que respeita à situação financeira, o ano termina com um dos melhores resultados líquidos de sempre no valor de seis ponto sete milhões de euros, já expetável face aos valores que apresentava a tesouraria da Câmara Municipal no dia 3 de novembro de 2025, aquando da passagem para a nova gestão. -----

Em relação às receitas, nomeadamente impostos diretos e taxas, multas e outras penalidades no seu conjunto, superaram claramente o valor do orçamento inicial de onze ponto seis milhões de euros atingindo o valor de dezoito ponto quatro milhões de euros, ou seja, mais seis ponto oito milhões de euros do que previsto inicialmente. Embora este valor fosse expetável de arrecadar em 2025, nunca poderia figurar no orçamento inicial por força das regras para elaboração do orçamento a que as autarquias estão sujeitas. -----

No ano de 2025 foi ainda possível baixar o endividamento do município para seis ponto nove milhões de euros, o que representa uma diminuição de um milhão de euros comparativamente a 2024, o que representa neste caso um dos valores mais baixos dos últimos vinte e cinco anos. ----

O prazo médio de pagamentos também sublinhamos, uma vez que diminuiu onze dias comparativo a 2024, situando-se nos doze dias agora, sinal sempre relevante para a confiança das empresas e da economia local e um prazo muito distante do praticado nos executivos anteriores. -----

Os resultados obtidos são prova que é possível realizar uma boa gestão ao mesmo tempo que se efetua um conjunto de intervenções e iniciativas que permitem melhorar a qualidade de vida dos munícipes. -----

O bom desempenho financeiro do município de Sines conciliado com o dinamismo cultural, desportivo e social que faz parte da nossa identidade, só foi possível graças a uma longa trajetória de consolidação financeira conhecida dos sineenses. -----

O percurso traçado e que deve ser mantido permitiu abandonar uma herança pesada e pela primeira vez em muitos anos começar a executar alguns investimentos de elevada importância para o concelho, como é o caso dos investimentos na rede de abastecimento de água. -----

A situação em que se encontra o município de Sines não tem comparação possível com aquela que o Partido Socialista encontrou em 2013. Nesse ano nenhum concelho do distrito de Setúbal registava sequer um terço do passivo por habitante que o concelho de Sines apresentava. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA N° 4/2026

O incumprimento da lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso comprometia o regular funcionamento da autarquia, a resposta às mais básicas necessidades do dia a dia e qualquer perspetiva de investimento. Portanto, o ajustamento financeiro realizado com consequências para a organização e para o concelho foi fundamental para repor a credibilidade e assegurar o futuro do município de Sines. Este caminho não deve ser desperdiçado e é por isso que defendemos que essa trajetória deve ser mantida e conciliada com as necessidades de investimento e de promoção do concelho. -----

Nos anos mais recentes foi possível recuperar a capacidade de intervenção, o que permite não só investir nas infraestruturas prioritárias para o concelho, como também prosseguir uma visão onde a promoção do concelho seja aposta quer através de eventos desportivos ou culturais, quer através de compromissos assumidos com outras entidades que valorizam e promovem um território único como é o concelho de Sines. -----

Face a estes resultados e a esta pequena amostra do que foi feito, independentemente de alguns compromissos assumidos pela Câmara não se terem mantido, o voto do Partido Socialista é favorável à proposta dos documentos de prestação de contas individuais de 2025”. -----

Ponto 7: Apreciação e votação da proposta do executivo da Câmara Municipal de Sines, referente à designação da Presidente da Junta de Freguesia de Sines e do Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo como representantes das freguesias na comissão de gestão integrada de fogos rurais. -----

A deputada **Soraia Pereira (MAIS)**, diz que queriam só “colocar uma questão relativamente ao ponto em que se encontra o plano municipal de execução para a gestão integrada dos fogos rurais para 2026 e se será mantida a lógica de plano conjunto, uma vez que o último plano municipal publicado remonta a 2023 e foi feito conjuntamente entre Sines e Santiago do Cacém e quais serão as zonas do concelho com maior risco de incêndio rural e que ações de prevenção estão previstas em concreto então para 2026”. -----

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, diz que não consegue “responder porque tecnicamente não domina a área, isso a comissão é que faz essa avaliação e também estão lá pessoas da Proteção Civil, várias entidades e são elas é que fazem esse trabalho. O plano este é o que está em vigor e naturalmente que foi um plano intermunicipal e que se mantém em vigor. Agora concretamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

não tenho aqui o plano à minha frente, não lhe consigo dizer quais são as áreas mais sensíveis, elas estão todas cartografadas, é uma questão de consulta, inclusive presumo eu que ela esteja no site da Câmara, é uma questão só de consulta”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente Marisa Santos, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 8: Apreciação e votação da proposta de Atualização dos valores do contrato interadministrativo e do alto de transferência de recursos financeiros celebrado com a Junta de Freguesia de Porto Covo. -----

A senhora Presidente da **Marisa Santos (MAIS)**, passa a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para ele dar explicações sobre o ponto em análise. -----

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, refere que a sua intervenção é “só para informar que foi um compromisso que eles assumiram com o senhor Presidente da Junta aquando da discussão do orçamento, uma vez que não tinha havido atualização nem em 24, nem em 25, fizeram uma proposta com efeitos retroativos a esses dois anos e depois também um índice que tem a ver com a base remuneratória para o ano 2026, o que totaliza então os tais cinco vírgula quinze por cento de atualização e que lhes parece que é justo”. -----

O deputado **Gil Gonçalves (MAIS)**, pergunta se “os trinta e sete mil euros que correspondem a esses cinco vírgula quinze por cento, se cobrem o aumento dos custos das competências transferidas, se garantem assim a solução das competências e também que mecanismos e indicadores é que estão previstos para monitorizar a execução destas competências, se é que há alteração”. -----

O deputado **Augusto Filipe (PPD/PSD)**, afirma que a sua preocupação é mais ou menos parecida, “Porto Covo está a crescer brutalmente, isso irá pôr pressão sobre as despesas da Junta e, portanto, também não sabe se será suficiente. Claro que fico satisfeito por ver esse aumento, não sei se é suficiente ou não, está aqui por inerência o Presidente da Junta de Porto Covo que poderá depois dizer alguma coisa, mas podia não estar cá hoje por qualquer motivo, e já agora saber se esse dinheiro chega para acabar com aquela lixeira a céu aberto que não pode continuar mais encostada ao cemitério, aquilo é crime ambiental, não sei depois para quem é que vai assegurar essa responsabilidade, mas acabem com aquilo o mais rápido possível porque os moradores não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA Nº 4/2026

merecem, Porto Covo não merece, com mais dinheiro, não sei se o dinheiro chega se não chega, mas aquilo não pode continuar ali. Na campanha eleitoral aquilo já lá estava, nós alertámos, não sei se fomos a única força política a alertar ou não, mas aquilo tem que sair dali o mais rapidamente possível. São frigoríficos, são colchões, aquilo é vergonhoso encostado ao cemitério que acho que até por isso mesmo também é um lugar que merece respeito e não pode continuar ali nem mais, eu diria mais um dia, mas uma semana, um mês, não sei, mas tem mesmo que acabar”. -----

O deputado **João Santos** (PS), diz que se congratulam a “atualização com a qual concordam e defendem que a descentralização de competências é importante nas Juntas de Freguesia. Consideramos que são entidades que melhor conhecem as necessidades reais e quotidianas da população e que por isso devem ser obrigatoriamente apoiadas. Tanto a transferência de competências como a atribuição de meios financeiros adequados são uma questão de eficiência administrativa, um modelo para avançar uma coesão social e territorial. -----

Com a aproximação da gestão dos serviços públicos à comunidade conseguimos garantir uma maior agilidade na resolução dos pequenos problemas que fazem a grande diferença na qualidade de vida dos munícipes e de quem nos visita, uma melhor otimização de recursos públicos evitando duplicações, desperdício de tempo e dinheiro e um reforço da autonomia das Juntas de Freguesia. Com esta revisão, demonstra confiança no trabalho da Junta de Freguesia de Porto Covo, reforça o compromisso com a administração mais descentralizada, participada e eficiente”. -----

o Presidente da Junta de Freguesia de Porto Covo **José Pedro Arsénio**, refere que indo ao “encontro da questão formulada pelo Gil, é de facto importante o que foi ali salientado se é suficiente ou não as verbas transferidas para a Junta de Freguesia para concretizar as descentralizações de competências. Se ela não fosse suficiente, primeiro não a tínhamos aceite na altura que aceitámos e agora não ficaríamos satisfeitos com esta atualização como ficámos e inclusive agradecer ao executivo, porque efetivamente pegaram nos valores de 2024 e tendo em consideração a inflação em 2025 mesmo não sendo da sua responsabilidade e atualizaram, portanto há aqui um claro esforço também de atribuir à Junta de Freguesia os meios, neste caso financeiros adequados para nós levarmos a cabo as nossas competências. -----

Respondendo aqui ao senhor deputado Augusto Filipe, eu na segunda-feira respondi ao membro da Assembleia Vítor Reis que por acaso está aqui presente sobre aquilo que se passa junto ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

cemitério. Infelizmente é junto ao cemitério porque a Junta de Freguesia não tem mais terreno nenhum à sua disposição para fazer de depósito temporário, e dizer que este tipo de recolha, existe uma prestação de serviços da Câmara Municipal que mais uma vez não é cumprido, portanto aquilo que se passa é que existe um caderno de encargos em que a empresa tinha que ir recolher no depósito da Junta de Freguesia e não tem ido. Eu e a vereadora Fernanda já diligenciámos junto da Ambilital para que sejam colocados contentores de forma a haver a separação. Como é óbvio ainda não foi possível resolver, mas o PSD também já nos habituou que a campanha que fazem é exatamente esta, porque em 2021 tiravam fotografias à volta dos contentores porque havia monos e hoje reclamam do lixo à volta do cemitério, e tal e qual como respondi na segunda-feira, tendo em consideração que é um problema e que nós não o ignoramos, mas também é facto que aquilo que me preocupa em termos de transferências é aquilo que o governo atualizou o orçamento da Junta de Freguesia e/ou as transferências para a Junta de Freguesia que foi dois mil euros por ano, dois mil euros por ano nem sequer um camiã dá para fazer uma carrada de monos. Portanto, é preciso perceber efetivamente quais é que são os recursos que temos à nossa disposição para fazer os serviços. Se os senhores querem ajudar, digam ao vosso governo para efetivamente dar mais dinheiro à Junta para nós fazermos a recolha dos monos. -----

O deputado **Augusto Filipe** (PPD/PSD), explica que tem que responder ao Presidente da Junta, porque ele não está ali em defesa do governo. “Estou aqui enquanto autarca e enquanto morador porque comprei uma casa a cento e cinquenta metros de uma lixeira que não sabia que estava lá, portanto estou aqui duplamente lesado. Se a empresa não cumpre já não cumpre há um ano e tal. Então não se rescinde o contrato, não se resolve o problema? Não, desculpe lá, aquilo já lá estava o ano passado e continua. Quer dizer, daqui a um bocado uma empresa privada rebenta aqui com Sines inteira e pronto foi uma empresa privada está tudo bem, não pode acontecer. Se não cumpre, tem que rescindir o contrato, tem que arranjar quem faça, aquilo não pode continuar assim, é tão simples como isto. Se em 2021 já havia esse problema ou não, eu pensava que não, só tomei conhecimento dele há menos tempo”. -----

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “A questão o Presidente da Junta já acabou por responder à questão das verbas. Naturalmente que ele não o disse por uma questão de seriedade como é óbvio, só que se o dinheiro ainda fosse mais,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

ele muito mais contente ficaria, mas ele tem consciência que a Câmara Municipal já está a fazer aqui de facto um esforço porque como já foi aqui referido na minha intervenção e mesmo na intervenção do senhor Presidente da Junta, nós fomos atualizar valores a dois anos atrás, que não eram naturalmente da gestão do atual executivo, porque consideramos e eu em particular pela experiência que tenho, a Junta de Freguesia na minha perspetiva é sempre o principal aliado da Câmara Municipal na resolução dos problemas às populações independentemente da cor política que for da Câmara e da Junta de Freguesia. Eu habituei-me sempre a trabalhar assim, não discriminar nenhuma Junta de Freguesia relativamente à cor da mesma e por isso nós consideramos que o Presidente da Junta e o seu executivo fazem o melhor que podem pela sua freguesia e para poderem fazer mais é justo que a Câmara Municipal o apoie mais naturalmente dentro de um quadro que foi negociado com o anterior executivo num processo de transferência de competências que tem critérios e que naturalmente são monitorizados e parece-me empiricamente que quem vai ao Porto Covo sente que a freguesia está bem tratada e depois há episódios como este que infelizmente acontecem porque isto também não é inédito em Porto Covo, a experiência que eu trago também em todas as freguesias, praticamente acontecia aqui no concelho vizinho, porque se nós não tivermos esta resposta, se a Junta não tiver esta resposta que é tipo um vazadouro o pessoal vai espalhando por todo o lado, junto aos contentores. Então, sensibiliza-se para as pessoas irem lá pôr para que depois a Câmara Municipal, neste caso a competência é da Câmara Municipal não é da Junta, que a Câmara Municipal faça e neste caso de facto está contratualizada a uma empresa porque a Câmara Municipal não tem capacidade por meios próprios, ainda, para fazer este trabalho e como a empresa não responde nós vamos fazê-lo. Aliás, já está a ser trabalhado, com a vereadora Fernanda, com a Ambilital, com os meios da Câmara Municipal, o Senhor Presidente da Junta também de certa forma já o disse, e depois vamos deduzir a fatura à empresa, não lhe vamos pagar o serviço na totalidade porque eles não o prestam. A questão aqui é que no passado muitas destas coisas não eram monitorizadas, já há pouco aqui falou-se no atraso das obras, o atraso das obras das empreitadas, nós às vezes quando os empreiteiros não cumprem e uma coisa é não cumprirem porque há motivos que levam a esse não cumprimento, vicissitudes várias, mau tempo, há várias coisas que a lei prevê para o justificar e que há um parecer técnico depois que justifica ou que não justifica. Outra coisa é eles não cumprirem pura e simplesmente e aí a Câmara Municipal tem um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

mecanismo de penalização de aplicação de multas e tem um mecanismo em última instância de rescisão do contrato. A questão aqui muitas vezes e é bom que todos também tenhamos noção disso, é que nomeadamente quando são obras que são financiadas a fundos comunitários que têm prazos, muitas vezes se nós rescindimos o contrato, temos que lançar novo procedimento que muitas vezes é acima do valor perde-se tanto tempo que corremos o risco e muitas câmaras, nem sequer estou a falar aqui da Câmara Municipal em particular, muitas câmaras andam um bocadinho quase a pedir por favor às empresas para que vão trabalhando e desenvolvendo a obra para que não se perca tudo e isto é uma equação que não é só aqui em Sines, basta olhar para o país, veja-se agora quanto é que o país perdeu em termos de PRR, da bazuca, quanto, quantos milhões é que o país perdeu, muitos milhões, porque o prazo vai terminar agora em agosto, dia 31 de agosto. Todas as obras que não tiverem executadas perde-se o financiamento e não se venha justificar que foi só com a Cristy, porque as obras já estavam grande parte delas quase todas atrasadas e não se iam cumprir prazos, e esta é a realidade do país que não é seguramente da culpa da esmagadora maioria dos autarcas que fazem muitas vezes o que podem, mas não são eles que estão lá a fazer a obra. Nós agora temos aqui uma obra que o empreiteiro já a abandonou, não nos atende o telefone, nada, zero, ali da estação elevatória desapareceram. Não desapareceram porque estão a fazer outra obra, mas também não estamos assim tão muito preocupados porque ela é para chegar a um beneficiário que não existe, nem sequer foi lançado, o projeto agora é que está concluído. Por isso, esta é a realidade que temos. -----

Voltando aqui à Junta, esta questão do lixo vai ser espero eu resolvida muito em breve em colaboração com a Câmara Municipal, a Junta de Freguesia e neste caso a Ambital que é a empresa intermunicipal que faz a gestão dos resíduos”. -----

Não havendo mais intervenções por parte dos senhores deputados, a Senhora Presidente Marisa Santos, colocou à votação a proposta, que foi aprovada por unanimidade. -----

Ponto 9: Apreciação da atividade bem como da situação financeira do município de Sines, nos termos da alínea c) nº. 1 do artigo 2º e do artigo 19º do Regimento da Assembleia Municipal de Sines. -----



Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, dá a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para ele prestar esclarecimentos sobre o ponto em discussão, o qual se colocou à disposição para responder às questões dos membros da Assembleia Municipal.“ -----

O deputado **Paulo Freitas (MAIS)**, refere que “algumas das questões que ele tinha a fazer já perderam a validade porque, entretanto, foram falando delas ao longo desta noite. Três questões simples. Os procedimentos de recrutamento abertos correspondem às maiores necessidades dos serviços? -----

Segunda questão. Dos projetos em análise técnica, quais é que são prioritários para avançar ainda em 2026? Sabemos que a ponte será uma delas obviamente, mas outros que tenha. E outra, quais é que são as três principais prioridades do executivo para o próximo trimestre”. -----

O deputado **Augusto Filipe (PPD/PSD)**, afirma que “olhando, uma análise simples pelas contas do primeiro trimestre, salienta-se que há aqui um degradar um pouco das contas, passaram de um resultado positivo para um resultado negativo, e na parte da carga aquilo que é a carga que cada munícipe de Sines, cada habitante contribui entre impostos e taxas, passaram de duzentos e três euros para trezentos e quinze euros. Eventualmente haverá alguma justificação para isto”? -----

O Senhor Presidente **Álvaro Beijinha**, responde às questões colocadas pelos senhores deputados. “Quanto à questão do recrutamento, naturalmente que a abertura dos procedimentos está em função daquilo que nós consideramos que são as prioridades, temos mais concursos para abrir porque eu também e estamos a cumprir uma promessa eleitoral que foi o reforçar da capacidade da Câmara Municipal trabalhar por meios próprios para não ficarmos tão dependentes das tais empresas que depois não cumprem e por isso, sim, são de facto as prioridades. -----

Quanto à questão das prioridades, ele há pouco de alguma forma já falei sobre isso. As nossas prioridades são aquelas que são as oportunidades que nós temos em termos de financiamentos comunitários. Temos uma questão muito eminente que é a escola secundária Poeta Al Berto que há um aviso aberto porque foi uma escola que foi transferida no âmbito das transferências de competências na área da educação para os municípios que a Câmara Municipal sabia naturalmente que poderia ter, porque houve um compromisso do governo de então com a Associação de Municípios de financiar estas escolas que foram transferidas, mas nós fomos confrontados com uma situação em que não havia projeto, não havia nada e agora estamos a fazer o projeto, um



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES

ATA Nº 4/2026

contra relógio e isto é uma prioridade porque o aviso de concurso termina no final de junho, no sentido de ver se conseguimos, porque estamos a falar da possibilidade de poder ter um apoio até aos quatro milhões de euros. Essa é claramente uma prioridade tal como a outra que eu também já falei, a estação da mobilidade que já foi aprovada em reunião de Câmara é outra prioridade, porque também tem oportunidade de financiamento, também temos um aviso aberto. -----

Na área da regeneração urbana, também temos aqui alguns projetos que o anterior executivo nos deixou que eu também já referi que estamos a atualizar e que também são prioridade e vamos fazendo de acordo também com aquilo que nós não sabemos ainda, mas de acordo com aquilo que vão ser a abertura dos avisos de concurso e as oportunidades que nós teremos e que vamos ter seguramente. -----

A questão financeira, eu não tenho aqui agora o relatório, mas li, nós diminuámos a dívida em quanto só nestes três primeiros meses? Essa é que é a questão central. Em três meses já reduzimos a dívida num milhão de euros, não quer dizer que cheguemos ao final do ano, um ponto quatro. Isto é que é a questão número um. A questão dos impostos, isto pois naturalmente tem a ver com se há mais gente a comprar casas, paga-se mais IMT, temos mais receita. Se as empresas dão mais lucro, nós recebemos mais derrama. Esse exercício simplista de que agora parece que está uma carga fiscal maior, nós não mexemos nas taxas, pelo contrário, diminuámos o IMI. Nós já tivemos que é receita de IRS, isto de facto é tentar, desculpem a expressão, «jogar a areia para dentro dos olhos». Nós só pagamos o IRS, entregámos o IRS agora em maio, junho. Nós não temos receita nenhuma de IRS. Expliquem-me lá o vosso raciocínio, é que eu não estou a perceber”. -----

A Senhora Presidente **Marisa Santos (MAIS)**, deu por encerrado este ponto de discussão e, não havendo mais nenhuma questão, a atividade do município neste período está apreciada, passando-se à leitura e votação da ata em minuta”. -----

O Secretário da Assembleia Municipal, João David Plácido Soares passou a ler a minuta da ata, a qual foi votada e aprovada por unanimidade.-----

Nada mais havendo a tratar foi dado por terminada a Assembleia ordinária de 30 de abril de dois mil e vinte e seis, da qual se elaborou a presente ata. -----

Sines, 30 de abril de 2026



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SINES
ATA N° 4/2026

A Presidente da Assembleia Municipal de Sines

Marisa Filipa de Santos Rodrigues dos Santos

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Marisa', written over a horizontal line.

1ª Secretária

Orlanda de Almeida Ramos

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'Orlanda Ramos', written over a horizontal line.

2º Secretário

João David Plácido Soares

A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'João David', written over a horizontal line.

